



# **ACADEMIA MILITAR**

## **O Papel da Unidade de Controlo Costeiro no Combate ao Narcotráfico**

**Autor: Aspirante GNR-Inf João Manuel Esteves dos Santos**

**Orientador: Capitão GNR-Inf João Rafael Lavado Eufrázio**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, agosto de 2013**



# **ACADEMIA MILITAR**

## **O Papel da Unidade de Controlo Costeiro no Combate ao Narcotráfico**

**Autor: Aspirante GNR-Inf João Manuel Esteves dos Santos**

**Orientador: Capitão GNR-Inf João Rafael Lavado Eufrázio**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, agosto de 2013**

## **Dedicatória**

Ao povo português,  
à Guarda Nacional Republicana  
e ao XVIII.

## **Agradecimentos**

A realização do presente trabalho dependeu de múltiplos contributos das mais diversas entidades, nesse sentido, a presente página serve como forma de o autor exprimir o seu profundo agradecimento.

No caso da atual investigação, agradeço ao meu Orientador, Capitão Eufrázio toda a disponibilidade, pelos ensinamentos no âmbito do trabalho e por outros que o extravasaram.

À Capitão Lopes pelas orientações iniciais que contribuíram para a redação final do trabalho.

Fruto da sua envolvimento direta, agradeço a disponibilidade dos dois Comandantes de Destacamento de Controlo Costeiro entrevistados, Capitão Silva e Capitão Gil.

Ao Coordenador Superior de Investigação Criminal José Ferreira Leite, pela entrevista, tempo e dados facultados.

Ao Inspetor Chefe José Leal pela entrevista e tempo dispensados assim como pelas obras da sua autoria citadas no presente trabalho.

Aos Alferes Rosado e Cruz pela disponibilidade e prontidão com a qual responderam às minhas questões.

À Senhora Professora Filomena Marques pela contribuição essencial no presente Trabalho.

Aos meus pais por todo o apoio.

Ao XVIII Curso de Formação de Oficiais da GNR por todo o apoio nos cinco anos de curso.

Aproveito também este meio para agradecer a todas as individualidades que por lapso, e não por esquecimento aqui não são referidas.

A todos, o meu obrigado.

## **Resumo**

O narcotráfico é atualmente uma das ameaças transnacionais com maiores repercussões ao nível da segurança interna nacional e comum europeia. A nível interno fruto do posicionamento e características do território nacional, Portugal representa uma porta de entrada para a Europa do fluxo do narcotráfico.

O combate à referida ameaça é feito aos mais diversos níveis institucionais e âmbitos territoriais, no entanto, apenas será objeto de estudo a UCC da GNR.

Os principais objetivos deste trabalho de investigação aplicada são: explicar o papel da UCC no combate ao narcotráfico por via marítima através da análise dos resultados da sua atuação operacional e enquadrar a UCC no âmbito dos sistemas nacional e internacional de combate ao narcotráfico por via marítima.

O presente trabalho está dividido em duas partes de natureza distinta, na primeira parte, a revisão de literatura, são apresentados os conceitos e realidades relativos ao objeto de estudo. Esta abordagem teórica sustenta a análise feita na parte seguinte. Na segunda parte da presente investigação foi analisada a atividade operacional da UCC entre janeiro de 2009 e janeiro de 2012 e realizadas quatro entrevistas.

Com realização do RCFTIA foi concluído que ao nível do sistema nacional do combate ao narcotráfico por via marítima a UCC representa a única força policial com competência legal e capacidade para garantir a fiscalização, patrulhamento e vigilância da costa e mar territorial nacionais, assim como uma unidade especializada com enormes potencialidades no âmbito da recolha de informações.

No plano das organizações e agências de âmbito internacional a UCC representa a primeira linha de ação policial entre as iniciativas adversárias e a fronteira mais ocidental da Europa, Portugal. Derivado disto, e em consonância com o acima descrito, para além de se constituir como uma barreira policial, a UCC alimenta o sistema internacional de combate ao narcotráfico por via marítima através da recolha de informações no terreno.

**Palavras-chave:** UCC; Narcotráfico; Combate; Recolha de Informações.

## **Abstract**

The Drug trafficking is one of the most dangerous threats to national and European security. Because of the location and the characteristics of the national territory, Portugal represents a way into Europe for the drug trafficking routes.

The fight against these threats takes place at all institutional levels and territorial areas, however, in this work only the GNR's UCC will be studied.

The main objectives for this investigation are: to explain the UCC role in drug trafficking combat through the operational activity analysis, and to describe its role in national and international drug trafficking combat by sea.

This study is divided in two different parts, in the first part, a literature review, the concepts related to the theme are presented. This theoretical approach supports the field work. In the second part, the UCC's operational activity between January 2009 and January 2012 was analysed, and four interviews were undertaken.

It was concluded that the UCC is the only police force with legal competence and capacity to ensure monitoring, patrolling and surveillance of the Portuguese coast and territorial sea, as well as a specialized unit with potential for information collection.

At the level of the international organizations and agencies, the UCC represents the first police line between the criminal initiatives and the western European border, Portugal. Besides being a police barrier, the UCC provides information to the international drug trafficking combat by sea system, through the information collected in the field.

**Keywords:** UCC; Drug trafficking, Combat; Information Collection

## Índice Geral

<b>Dedicatória .....</b>	<b>i</b>
<b>Agradecimentos .....</b>	<b>ii</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>iii</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>iv</b>
<b>Índice Geral.....</b>	<b>v</b>
<b>Índice de Figuras .....</b>	<b>ix</b>
<b>Índice de Quadros.....</b>	<b>x</b>
<b>Lista de Apêndices e Anexos.....</b>	<b>xi</b>
<b>Lista de Siglas, Abreviaturas e Acrónimos .....</b>	<b>xii</b>
<b>Parte I - Revisão de Literatura.....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1 - Enquadramento do Trabalho de Investigação .....</b>	<b>1</b>
1.1 Introdução .....	1
1.2 Enquadramento .....	1
1.3 Justificação e escolha do tema de investigação.....	2
1.4 Perguntas de investigação .....	2
1.5 Objeto e objetivos de investigação.....	3
1.6 Hipóteses .....	3
1.7 Metodologia .....	4
1.8 Estrutura do Trabalho.....	5
<b>Capítulo 2 - O Narcotráfico como Ameaça Transnacional.....</b>	<b>6</b>
2.1 Introdução .....	6
2.2 Ameaças Transnacionais .....	6
2.3 Narcotráfico.....	8
2.3.1 Produção .....	8
2.3.2 Transporte .....	9
2.3.3 Consumo .....	10
2.4 Regime jurídico do combate ao Narcotráfico .....	11

<b>Capítulo 3 - A UCC nos Sistemas Nacional e Internacional de Combate ao Narcotráfico por Via Marítima .....</b>	<b>15</b>
3.1 Introdução .....	15
3.2 Sistema de Segurança Interna .....	15
3.2.1 Órgãos do Sistema de Segurança Interna .....	16
3.2.2 Guarda Nacional Republicana .....	17
3.2.2.1 Unidade de Controlo Costeiro .....	17
3.2.3 Polícia Judiciária.....	20
3.3 Sistema de Autoridade Marítima .....	20
3.4 Sistema Nacional de Combate ao Narcotráfico por Via Marítima .....	21
3.5 Organizações Internacionais .....	22
3.5.1 O Sistema Internacional de Combate ao Narcotráfico por Via Marítima	24
 <b>Parte II - Investigação de Campo.....</b>	<b>25</b>
<b>Capítulo 4 - Metodologia e Procedimentos .....</b>	<b>25</b>
4.1 Introdução .....	25
4.2 Método de Abordagem ao Problema e Justificação .....	26
4.3 Técnicas, Procedimentos e Meios Utilizados.....	26
4.3.1 Análise Documental.....	27
4.3.2 Entrevista .....	28
4.4 Procedimentos de Recolha de Dados e Análise .....	29
 <b>Capítulo 5 - Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados .....</b>	<b>30</b>
5.1 Introdução .....	30
5.2 Análise e Discussão da Atividade Operacional .....	30
5.3 Análise e Discussão das Entrevistas .....	37
5.3.1 Análise e Discussão das Entrevistas ao Guião de Entrevista A.....	37
5.3.1.4 Análise das Respostas à questão nº4 do Guião de Entrevista A.....	38
5.3.1.5 Análise das Respostas à questão nº5 do Guião de Entrevista A.....	38
5.3.2 Análise e Discussão das Respostas ao Guião de Entrevista B.....	39
5.3.2.1 Análise das Respostas à questão nº1 do Guião de Entrevista B .....	40
5.3.2.2 Análise das Respostas à questão nº2 do Guião de Entrevista B .....	41
5.3.2.4 Análise das Respostas à questão nº4 do Guião de Entrevista B .....	43



5.3.2.5 Análise das Respostas à questão nº5 do Guião de Entrevista B .....	43
5.3.2.6 Análise das Respostas à questão nº6 do Guião de Entrevista B .....	44
5.3.2.7 Análise das Respostas à questão nº7 do Guião de Entrevista B .....	45
<b>Capítulo 6 - Conclusões e Recomendações .....</b>	<b>47</b>
6.1 Introdução .....	47
6.2 Verificação das Hipóteses .....	47
6.3 Resposta às Perguntas Derivadas .....	48
6.4 Reflexões Finais .....	49
6.5 Recomendações e Limitações .....	51
6.6 Investigações Futuras e Fecho .....	51
<b>Capítulo 7 - Bibliografia .....</b>	<b>52</b>
7.1 Metodologia .....	52
7.2 Livros, Publicações e Dissertações .....	52
7.3 Documentos On-line .....	53
7.4 Legislação .....	54
<b>Apêndices.....</b>	<b>56</b>
Apêndice A - Orgânica de um Destacamento de Controlo Costeiro.....	57
Apêndice B - Carta de Apresentação.....	58
Apêndice C - Guião de Entrevista A .....	59
Apêndice D - Guião de Entrevista B .....	60
Apêndice G - Entrevista nº3 .....	62
Apêndice H - Entrevista nº4 .....	65
Apêndice L- Relação entre a ZA da UCC e o Fluxo de Narcotráfico entre o Norte de Africa e o Sul da Europa.....	68
<b>Anexos.....</b>	<b>69</b>
Anexo A - Orgânica da Unidade de Controlo Costeiro.....	70
Anexo B - Organização do Programa EUROSUR .....	71
Anexo C – Esquema do Fluxo Criminal Transfronteiriço.....	72

## Índice de Figuras

Figura nº1 - Percurso Metodológico do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada.....	4
Figura nº2 - Georreferenciação das ocorrências na ZA do DCC de Sines .....	35
Figura nº3 - Georreferenciação das ocorrências na ZA do DCC de Olhão .....	36
Figura nº4 - Orgânica de um Destacamento de Controlo Costeiro .....	57
Figura 5 - Relação entre a ZA da UCC e o Fluxo de Narcotráfico entre o Norte de Africa e o Sul da Europa .....	68
Figura nº6 - Orgânica da Unidade de Controlo Costeiro.....	70
Figura nº7 - Organização do Programa EUROSUR.....	71
Figura nº8 - Esquema do Fluxo Criminal Transfronteiriço .....	72

## Índice de Quadros

Quadro nº1 - Situações genéricas no âmbito do DL 15 de 1993 de 22 de janeiro e a sua moldura penal .....	12
Quadro nº2 - Dados Sociodemográficos dos entrevistados .....	28
Quadro nº3 - Autos levantados por infração ao DL 15 de 1993 de 22 de janeiro pela UCC entre janeiro de 2009 e janeiro de 2012.....	31
Quadro nº4 - Enquadramento dos Autos levantados por infração ao DL 15 de 1993 de 22 de janeiro pela UCC entre janeiro de 2009 e janeiro de 2012 em seis situações genéricas	32
Quadro nº5 - Relação entre as ocorrências e a apreensão de estupefaciente.....	32
Quadro nº6 - Relação entre o número de ocorrências e as embarcações utilizadas .....	33
Quadro nº7 - Relação entre o número de ocorrências, o número de detidos e os seus dados sociodemográficos .....	34
Quadro nº8 - Morfologia do local onde foi detetada a ocorrência .....	36
Quadro nº12 - Resumo das Respostas à questão nº4 do Guião de Entrevista A .....	38
Quadro nº13 - Resumo das Respostas à questão nº5 do Guião de Entrevista A .....	38
Quadro nº14 - Resumo das Respostas à questão nº1 do Guião de Entrevista B .....	40
Quadro nº15 - Resumo das Respostas à questão nº2 do Guião de Entrevista B .....	41
Quadro nº16 - Resumo das Respostas à questão nº3 do Guião de Entrevista B .....	42
Quadro nº17 - Resumo das Respostas à questão nº4 do Guião de Entrevista B .....	43
Quadro nº18 - Resumo das Respostas à questão nº5 do Guião de Entrevista B .....	43
Quadro nº19 - Resumo das Respostas à questão nº6 do Guião de Entrevista B .....	44
Quadro nº 20 - Resumo das Respostas à questão nº7 do Guião de Entrevista B .....	45

## **Lista de Apêndices e Anexos**

### **Apêndices**

Apêndice A - Orgânica de um Destacamento de Controlo Costeiro

Apêndice B - Carta de Apresentação

Apêndice C - Guião de Entrevista A

Apêndice D - Guião de Entrevista B

Apêndice E - Entrevista nº1

Apêndice F - Entrevista nº2

Apêndice G - Entrevista nº3

Apêndice H - Entrevista nº4

Apêndice I - Georreferenciação das ocorrências na ZA do DCC de Sines entre janeiro de 2009 e janeiro de 2012

Apêndice J - Georreferenciação das ocorrências na ZA do DCC de Olhão entre janeiro de 2009e janeiro de 2012

Apêndice L- Relação entre a ZA da UCC e o Fluxo de Narcotráfico entre o Norte de Africa e o Sul da Europa

### **Anexos**

Anexo A - Orgânica da Unidade de Controlo Costeiro

Anexo B - Organização do Programa EUROSUR

Anexo C – Esquema do Fluxo Criminal Transfronteiriço

## **Lista de Siglas, Abreviaturas e Acrónimos**

ADV- Adversário

AM- Academia Militar

AMN- Autoridade Marítima Nacional

APA- American Psychological Association

Art. °- Artigo

CCCO- Centro de Comando e Controlo Operacional

CEDN- Conceito Estratégico de Defesa Nacional

CRP- Constituição da República Portuguesa

CSSI- Conselho Superior de Segurança Interna

DCC- Destacamento de Controlo Costeiro

DL- Decreto-lei

DVM- Destacamento de Vigilância Móvel

E- Entrevistado

EAV- Embarcação de Alta Velocidade

ECMDDA- European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addition

ETA- Estimulantes Tipo Anfetaminas

EU- União Europeia (UE)

EUROPOL- a European Police Office

EUROSUR- Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (EUROSUR)

EVP- Equipas de Vigilância e Patrulha

FFSS- Forças e Serviços de Segurança

FRONTEX- Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia

GCS- Gabinete Coordenador de Segurança

GNR- Guarda Nacional Republicana

IH- Instituto Hidrográfico

INTERPOL- Internacional Criminal Police Organization

JIATFS Joint Interagency Task Force South

LFA- Lancha de Fiscalização de Águas Interiores

LQPC- Lei Quadro da Política Criminal

LVI- Lancha de Vigilância e Interceção  
MA- Modalidade de Ação  
MAOC-N- Maritime Analysis and Operacion Centre - Narcotics  
MDN- Ministro da Defesa Nacional  
MO- modus operandi  
NCC- National Coordination Centre  
NEP- Norma de Execução Permanente  
nº- Número  
OPC-Órgão de Polícia Criminal  
p.- Página  
PJ- Polícia Judiciaria  
PM- Primeiro-Ministro  
PO- Posto de Observação  
POM- Posto de Observação Móvel  
pp.- Páginas  
PSP- Polícia de Segurança Publica  
RASI- Relatório Anual de Segurança Interna  
RCFTIA- Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada  
SAM- Sistema de Autoridade Marítima  
SDCC- Subdestacamento de Controlo Costeiro  
SEF- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras  
SGSSI-Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna  
SitRep- Situation Report  
SIVICC-Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo  
SSI- Sistema de Segurança Interna  
STIE- Seção de Transmissões Informática e Eletrónica  
TN- Território Nacional  
UCC-Unidade de Controlo Costeiro  
UNCTE- Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes  
UNODC- United Nations Office on Drugs and Crime  
ZA- Zona de Ação

*“Uma conjugação de estratégias que implique o envolvimento de todos os Estados é a medida certa para a resolução da problemática. Neste caso os Estados terão de pôr de parte as suas ambições hegemónicas e assumir que a droga é hoje um flagelo mundial que carece de uma resposta certa e urgente.”*

Isabel de Jesus dos Santos Ebo

---

## **Parte I - Revisão de Literatura**

### **Capítulo 1**

#### **Enquadramento do Trabalho de Investigação**

##### **1.1 Introdução**

O ingresso na carreira de oficial da Guarda Nacional Republicana (GNR) é materializado através da frequência e aproveitamento de um curso de grau mestre em Ciências Militares na especialidade de Segurança na Academia Militar (AM).

O presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA) representa o culminar do supra citado curso, que para além de toda a vertente avaliativa inerente à qualidade académica de um mestrado, representa também uma excelente oportunidade para o oficial tirocinante desenvolver as suas competências como investigador e aprofundar o seu conhecimento sobre a instituição que representa.

O presente trabalho está subordinado ao tema: **“O Papel da UCC no Combate ao Narcotráfico por via marítima.”**, ao abrigo do qual foi estudada a importância da Unidade de Controlo Costeiro (UCC) no âmbito da repressão do fenómeno criminal narcotráfico.

##### **1.2 Enquadramento**

O Narcotráfico representa uma ameaça internacional com sérias repercussões na segurança interna nacional e comum europeia, sendo apontada como a atividade ilícita que permite auferir de maiores rendimentos, assim como a forma de sustento de um grande número de organizações terroristas.

Para além do ponto de vista financeiro destacado anteriormente, os meandros deste crime revelam um elevado grau de complexidade e despoleta frequentemente reações de grande violência.



### 1.3 Justificação e escolha do tema de investigação

Portugal continental tem 850 km de costa, constituindo-se como uma das principais fronteiras da União Europeia e do Acordo de Schengen, com especial destaque da via marítima que liga o sul da Europa ao Norte de África.

Esta via, é uma importante rota para todo o tipo de atividades ilícitas, com especial relevância para o tráfico e contrabando.

A proximidade com o Norte de África, associada à vastidão litoral acima referida tornam Portugal uma porta de entrada para a Europa apetecível a todo o tipo de narcotráfico proveniente de rotas marítimas. Sendo óbvia a importância de garantir o normal patrulhamento costeiro, assim como apostar em ações de investigação e operações policiais de combate ao referido tráfico. A Unidade de Controlo Costeiro (UCC) da GNR desempenha um papel preponderante neste âmbito.

As razões que motivaram a escolha deste tema foram: o grau de ameaça que esta realidade representa atualmente para a segurança interna, a pertinência para a GNR do tema em questão e por último o interesse pessoal nesta valência específica da GNR.

### 1.4 Perguntas de investigação

De forma a melhor orientar a redação do presente trabalho, assim como para definir o objeto de estudo, é imperativa a definição de uma questão central e de partida que servirá como plataforma para as Perguntas Derivadas (PD) (Quivy, 2008, p32), assim sendo foi adotada como pergunta de partida: **Qual o papel da UCC no combate ao narcotráfico por via marítima no sul de Portugal?**

Para delimitar o objeto de estudo, foram construídas com base na pergunta de partida cinco questões derivadas. As referidas perguntas são as seguintes:

PD1- Que variáveis condicionam ou propiciam a abordagem a costa nacional por parte de embarcações ligadas ao narcotráfico?

PD2- Qual o *modus operandi* de abordagem à costa com mais frequência detetado pela UCC entre janeiro de 2009 e janeiro de 2012?

PD3- Quais as zonas da faixa costeira nacional onde foi detetado pela UCC um maior número de ocorrências de abordagens à costa por parte de

embarcações ligadas ao narcotráfico entre janeiro de 2009 e janeiro de 2012?

PD4- Qual o papel da UCC no âmbito do sistema nacional de combate ao narcotráfico por via marítima?

PD5- Qual o papel da UCC no plano do sistema internacional de combate ao narcotráfico por via marítima?

## **1.5 Objeto e objetivos de investigação**

Os principais objetivos deste trabalho de investigação aplicada são: explicar o papel da UCC no combate ao narcotráfico por via marítima através da análise dos resultados da sua atuação operacional e enquadrar a UCC no âmbito dos sistemas nacional e internacional de combate ao narcotráfico por via marítima.

## **1.6 Hipóteses**

Com base nas PD apresentadas anteriormente são formuladas hipóteses (H) que no final do trabalho serão validadas, parcialmente validadas ou refutadas. As referidas hipóteses são as seguintes:

H1: O estado do mar, a altura da maré e a qualidade de acessos ao local condicionam a abordagem à costa por parte de embarcações ligadas ao narcotráfico.

H2: A posição geográfica nacional, assim como as suas características orográficas na faixa costeira potenciam o narcotráfico pela via marítima.

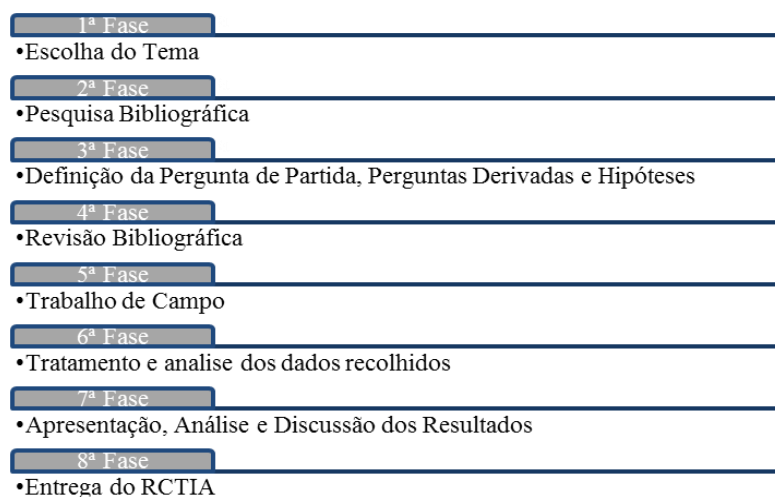
H3: A UCC representa para a Polícia Judiciária (PJ) uma força policial com capacidade de colmatar as lacunas de recolha de informação

H4: No âmbito das Agências e Organizações internacionais com missão de combate ao narcotráfico, a UCC representa a primeira linha de ação policial em TN contra o fluxo de narcotráfico.

## 1.7 Metodologia

Para a redação do presente trabalho foram consideradas como bases as orientações para a elaboração de trabalhos escritos previstas na Norma de Execução Permanente (NEP) nº 520 de 30 de Junho de 2011 da AM.

As lacunas a nível metodológico da acima mencionada base de redação foram colmatadas com a interpretação de outros autores, nomeadamente Sarmento (2008) e Quivy & Campenhoudt (2008). Este trabalho segue o sistema alfabético (autor, data), previsto nas normas do *Style Guide Primer – Publication Manual of the American Psychological Association* (APA, 2010). A presente investigação teve como fio condutor o percurso metodológico exposto na Figura 1.



**Figura nº1 - Percurso Metodológico do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

É importante realçar o modelo metodológico que foi adotado e levado em conta, nas diferentes fases da elaboração do trabalho, pois o mesmo garante a solidez científica do mesmo.

Segundo Sarmento (2008), podem ser utilizados para a realização de um trabalho no âmbito das ciências sociais mais do que um método de recolha de informação.

A elaboração do presente trabalho tem como pilar metodológico o método hipotético-dedutivo, que segundo Freixo (2010) se caracteriza pelo estabelecimento de premissas numa fase inicial do trabalho às quais se dá resposta no término do mesmo. Fruto do recurso a duas fontes de informação de natureza distinta (uma qualitativa e outra

quantitativa), o método acima descrito foi complementado pelos métodos sistemático e inquisitivo (Sarmiento, 2008). O método sistemático denomina o método segundo o qual um acontecimento é interpretado, já o método inquisitivo caracteriza-se pelo uso do discurso como fonte de informação.

## **1.8 Estrutura do Trabalho**

A estrutura do presente trabalho está de acordo com o previsto na anteriormente referida NEP, isto é, está dividido em duas partes de natureza distinta, uma teórica e uma prática. A primeira parte compreende os três primeiros capítulos e a segunda os três restantes.

O primeiro capítulo da parte teórica apresenta uma perspetiva geral do presente trabalho, onde são apresentadas as perguntas de investigação, a metodologia e os métodos utilizados. O segundo capítulo aborda as ameaças transnacionais com especial destaque do narcotráfico. O capítulo seguinte enquadra a UCC no âmbito dos sistemas nacional e internacional de combate ao narcotráfico por via marítima.

A segunda parte tem início no quarto capítulo, Metodologia e Procedimentos, onde são apresentadas as técnicas, métodos e procedimentos utilizados para a elaboração do capítulo seguinte, Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados. No quinto capítulo são apresentados e analisados os resultados do trabalho de campo.

A parte teórica termina com as reflexões finais com base nas partes teórica e prática através das respostas às perguntas de partida e derivadas, assim como a validação total, parcial ou refutação das hipóteses e ainda sugestões e recomendações finais.

---

## **Capítulo 2**

### **O Narcotráfico como Ameaça Transnacional**

#### **2.1 Introdução**

A revisão de literatura serve como base conceptual para a interpretação da investigação, pois nela são apresentados os conceitos e definições mais importantes, assim como expostos outros trabalhos e autores que se tenham destacado no âmbito do tema da presente investigação.

Este capítulo materializa o início da revisão de literatura através de uma abordagem às ameaças transnacionais onde será destacado o narcotráfico. Numa fase posterior será apresentado o regime jurídico do combate ao narcotráfico.

#### **2.2 Ameaças Transnacionais**

As últimas décadas foram marcadas por constantes mudanças em todos os quadrantes do sistema político internacional (Branco, 2010), com especial ênfase para o seu ator principal, o Estado. A queda do muro de Berlim assinalou o fim da hegemonia entre duas potências, e o início de uma nova ordem internacional onde as ameaças são de uma natureza difusa sem definição de fronteiras (Rosa, Cruz et al, 2006/2007).

O contexto socioeconómico de afamada crise económica torna mais permeável a sociedade a investidas de organizações criminosas. Sendo exemplo do referido, o parasitar de atividades lícitas por organizações criminosas.<sup>1</sup>

A conjuntura atual explanada no parágrafo anterior demonstra que as ameaças atuais sobre o principal ator do Sistema Político Internacional são diferentes das que atormentavam o Estado antes da queda do muro de Berlim.

O Tenente General Abel Cabral Couto define ameaça como “qualquer acontecimento ou ação (em curso ou previsível) que contraria a consecução de um objetivo e que, normalmente, é causador de danos, materiais ou morais. As ameaças podem ser de

---

<sup>1</sup> É exemplo do referido o uso de empresas ligadas à exploração de recursos piscatórios como fachada para o transporte de substâncias ilícitas (Leal, 2007, p 153).

variada natureza (militar, económica, subversiva, ecológica, etc.).” (1988, p.329). O conceito de ameaça acima exposto é algo abrangente, no entanto se considerarmos a segurança interna nacional como objetivo, podemos encontrar algumas ameaças de foro transnacional em curso ou previsível que colocam em causa o atingir do objetivo definido.

Existem várias construções teóricas dos mais diversos quadrantes do conhecimento, no âmbito da definição de ameaças transnacionais. Para a realização deste trabalho foram escolhidas as que estão presentes no Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN).

O CEDN é o diploma legal que define as linhas de ação dos vários setores do Estado que concorrem para a consecução dos objetivos da política de Defesa Nacional (Resolução do Conselho de Ministros 6 de 2009, pp279 a 287), cuja aprovação é feita “por resolução do Conselho de Ministros sob proposta conjunta do Primeiro-Ministro (PM) e do Ministro da Defesa Nacional (MDN) após ser ouvido o Conselho Superior de Defesa Nacional e o Conselho de Chefes de Estado-Maior” (Lei 31-A de 2009 de 7 de junho). O item de subcapítulo 3.2.1 do CEDN de 2013 elenca um rol de ameaças que tendo em conta a situação nacional e ao panorama internacional são as mais suscetíveis de afetar a segurança interna<sup>2</sup>. O referido rol de ameaças é constituído pelo terrorismo, a proliferação de armas de destruição massiva, a cibercriminalidade, a pirataria e a criminalidade transnacional organizada. A última ameaça transnacional elencada, a criminalidade transnacional organizada, ganha especial importância devido à posição geográfica do Território Nacional (TN).

O TN caracteriza-se por se localizar no extremo ocidental da Europa constituindo-se como a fronteira para o Atlântico da União Europeia e Espaço Schengen. Este facto torna os 850 km de costa do TN uma porta de entrada de excelência na Europa dos mais variados tipos de práticas ilícitas.

O conceito de criminalidade transnacional organizada engloba o tráfico de pessoas, armas e estupefacientes (CEDN 2013). Como objeto de estudo para o presente RCTIA apenas será abordado o tráfico de estupefacientes ou Narcotráfico.

---

<sup>2</sup> “A segurança interna é a atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática.” (Lei 53 de 2008 de 29 de agosto).

## 2.3 Narcotráfico

O consumo de substâncias psicoativas está no cotidiano da humanidade desde o surgimento das primeiras civilizações (Ebo, 2008), atualmente representa uma das mais importantes e preocupantes fontes de rendimento não lícitas assim como umas das formas de sustento e apoio de organizações terroristas (Wiler e Cook, 2010).

A *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC) elenca no *World Drug Report* de 2011 (UNODC, 2011) as quatro substâncias ou derivados que têm maior expressão ao nível dos seus consumos, volumes traficados e produção. As acima referenciadas substâncias são o ópio (com destaque da heroína), a cocaína, os Estimulantes Tipo Anfetaminas (ETA), e a canábis (com especial ênfase do haxixe).

A nível macro podemos dividir o Narcotráfico em três fases distintas, produção, transporte e consumo (UNODC, 2011).

### 2.3.1 Produção

Fruto dos seus dividendos, a produção de estupefacientes existe um pouco por todo o mundo, no entanto existem locais cujo volume de produção é substancialmente superior ao dos demais. Como será demonstrado mais a frente, a idiosincrasia de um local (no que diz respeito ao seu clima, relevo e população) está intimamente ligada a existência ou não de cultivo assim como ao desenvolvimento do mesmo. Segundo Ebo (2008) existem três centros de produção de droga, o Sudoeste Asiático (apelidado de Crescente do Ouro), o Sueste Asiático (denominado de Triângulo do Ouro) e a América Latina.

Os dois primeiros centros de produção abordados, representam perto de 94% do ópio mundial. Por sua vez a América Latina “é a maior região produtora de cocaína no mundo” (Ebo, 2008, p.62). Por não exigir as mesmas condições de produção, a canábis é cultivada um pouco pelos cinco continentes, no entanto no que diz respeito à resina<sup>3</sup> de canábis são apontados como focos de produção Marrocos, Afeganistão, Líbano, Nepal e a Índia. À semelhança da canábis, a sintetização de ETA não está geograficamente delimitada a uma área específica. Devido aos seus precursores e ao seu processo de fabrico, os laboratórios tendem a estar perto dos locais de consumo (UNODC, 2011).

---

<sup>3</sup> É importante referir que a resina de canábis é a matéria-prima do haxixe.

### 2.3.2 Transporte

Com a exceção dos ETA, os locais de produção de estupefacientes não são os principais focos de consumo. Este facto obriga a sua deslocação desde o local de produção até aos consumidores.

De acordo com Ebo (2008, p.106) “os narcotraficantes utilizam diferentes vias de comunicação, nomeadamente, mar-terra-ar para fazer chegar a droga aos centros de consumo”, no entanto, no âmbito do presente trabalho, apenas serão abordados os *modi operandi* que utilizem o mar como via de comunicação.

Considerando o vetor marítimo, podemos enquadrar em quatro *modi operandi* de acordo com o tipo de embarcação usada pelos narcotraficantes para o transporte de estupefaciente. Os quatro<sup>4</sup> *modi operandi* são: Semirrígido, Pesqueiro, Embarcações de recreio e Porta-contentores (Leal, 2007).

O termo “Semirrígido” denomina as embarcações cuja estrutura é flexível e usualmente leve, são conhecidos pela sua capacidade de atingir elevadas velocidades. Segundo Leal (2007) este *modus operandi* (MO) está associado ao tráfico de haxixe, devido às suas capacidade de carga, velocidade e facilidade de desembarque em zonas da costa não vigiadas. Existe uma variável deste MO que se caracteriza pelo uso de mais que uma embarcação do tipo semirrígido. Nestes casos, usualmente uma das embarcações não está carregada o que lhe permite servir de engodo para o dispositivo policial, ou então como escapatória para o adversário<sup>5</sup>.

Devido a dificuldades financeiras ou então à procura de maiores dividendos existem situações em que as tripulações de embarcações ligadas à exploração de recursos piscícolas, os “Pesqueiros” são aliciadas para o transporte de estupefacientes. Usualmente existe uma operação de transbordo de estupefaciente em alto mar de uma embarcação-mãe para o Pesqueiro, este por sua vez faz o seu transporte até um porto ou até uma nova operação de transbordo para embarcações de menor porte. Este MO está relacionado com tráfico de haxixe e cocaína (Leal, 2007).

À semelhança do MO anteriormente apresentado, também no caso do uso de “Embarcações de recreio” existe o recurso a uma fachada aparentemente lícita como forma

---

<sup>4</sup> Leal considera um quinto *modus operandi*, “*Ferryboats*”, que não foi abordado neste trabalho visto o mesmo ter sido apontado pelo autor como um MO relacionado com o “pequeno tráfico” e não com o Narcotráfico.

<sup>5</sup> Para o presente trabalho foram denominados como “adversário” todos os indivíduos ligados ao tráfico internacional de estupefacientes.



de transporte de estupefaciente. Para além da semelhança descrita anteriormente, existem casos em que também é efetuado o transbordo de uma embarcação-mãe para a embarcação de recreio que efetua o seu transporte até um porto. O uso de embarcações de recreio está essencialmente associada ao tráfico de cocaína (Leal, 2007).

O parasitar de atividades lícitas já foi referido como traço comum nos dois últimos *modi operandi*, no entanto existem casos em que o aliciar do narcotráfico consegue corromper empresas internacionais ligadas ao transporte marítimo de mercadorias. Neste MO são utilizados os “Porta-contentores ” como meio de transporte e está relacionado com o tráfico de cocaína (Leal, 2007).

No âmbito do transporte por via marítima é importante referir que este está condicionado por fatores e variáveis de diversas tipologias. Os fatores e variáveis de maior relevo são: o estado do mar, a altura de maré, as fases lunares e as condições climatéricas (IH, 2013).

O estado do mar está intimamente ligado com as condições climatéricas, isto é a agitação marítima de um determinado local está relacionada com fatores de ordem meteorológica como o vento, precipitação, nevoeiro, entre outros. A referida agitação condiciona a navegação marítima (Silva & Silva, 2012). O movimento das marés é um processo cíclico entre fases de preia-mar e baixa-mar, devido a forças de atração entre a Terra, a Lua e o Sol. Este processo tem um comportamento similar ao de uma onda sinusoidal, isto porque alterna entre alturas máximas (preia-mar) e alturas mínimas (baixa mar). Um ciclo completo (entre duas preias-mar) tem um período de aproximadamente 12 horas. A fase temporal entre uma preia-mar e uma baixa-mar é denominada de vazante, enquanto que o inverso é chamado de enchente (IH, 2013). O mencionado processo afeta a navegação. As fases lunares influenciam o estado das marés, assim como as condições de visibilidade noturna<sup>6</sup>.

### 2.3.3 Consumo

A terceira e última fase abordada, o consumo, representa a face mais pública do Narcotráfico. Os atos de “consumo, aquisição e detenção para consumo próprio”, ao

---

<sup>6</sup> A visibilidade noturna varia consoante a fase lunar, atingindo o seu ponto máximo na fase de lua cheia e mínimo na fase de lua nova.

contrário de todos os outros relacionados com estupefacientes<sup>7</sup>, não são tipificados como crime, mas sim como ilícitos de mera ordenação social (Art.º 2 da Lei 30 de 2000 de 29 de novembro)<sup>8</sup>.

Apesar de a sua descriminalização aparentemente indicar que o consumo não representa o mesmo grau de ameaça que por exemplo o tráfico ou a produção, é importante referir que o consumo de estupefacientes<sup>9</sup> é uma das causas de morte mais comuns e preocupantes no contexto da população jovem europeia (EMCDDA, 2012), para além de afetar diretamente a qualidade de vida dos consumidores, o consumo de estupefacientes tem também repercussões negativas na vida em sociedade, pois associado ao consumo de estupefacientes estão outros crimes, essencialmente contra o património<sup>10</sup>, que causam grande alarme social.

Os condicionalismos legais desta e de outras situações ligadas ao tráfico de estupefacientes serão objeto de estudo no próximo subcapítulo.

## **2.4 Regime jurídico do combate ao Narcotráfico**

Nos subcapítulos que antecedem o atual, são apresentadas as ameaças transnacionais mais relevantes para contexto nacional, e destacado o narcotráfico fruto da sua magnitude.

Neste capítulo são abordados os diplomas legais que regulam o combate ao Narcotráfico, assim como a atuação das diversas entidades envolvidas.

A Lei Quadro da Política Criminal (LQPC) representa a pedra-angular sobre a qual assenta a “condução da política criminal” através da “definição de objetivos, prioridades e orientações em matéria de prevenção da criminalidade, investigação criminal, ação penal e execução de penas e medidas de segurança.” (Artº1 da Lei 17 de 2006 de 23 de maio). A LQPC desenha as linhas gerais do combate à criminalidade que são aprofundadas pela Lei

---

<sup>7</sup> O regime jurídico nacional aplicável às situações de tráfico e consumo de estupefacientes serão analisados no subcapítulo seguinte.

<sup>8</sup> O consumo era considerado crime até a entrada em vigor da Lei 30 de 2000 de 29 de novembro que descriminalizou o consumo.

<sup>9</sup> Para além das mortes diretamente ligadas ao consumo em excesso, as overdoses, também são tidas em conta as mortes relacionadas com o consumo de estupefacientes como são os casos do suicídio devido aos efeitos do consumo, transmissão de doenças infecciosas, acidentes de viação relacionados com o consumo, entre outros.

<sup>10</sup> São classificados como crimes contra o património aqueles cujo bem jurídico em causa são o património ou a propriedade, são exemplos do referido o furto, o roubo, a extorsão, entre outros (Art.º 203, 210 e 223 da Lei 19 de 2013 de 21 de fevereiro).

38 de 2009 de 20 de julho que por sua vez define com maior especificidade e atualidade os “Objetivos, Prioridades e Orientações da política criminal para o biênio de 2009 a 2011”.

O combate ao tráfico de estupefacientes é um dos objetivos específicos previstos no Artº2 da Lei 38 de 2009 de 20 de junho, assim como um dos crimes de investigação prioritária no âmbito do Artº4 do mesmo diploma legal. Estas duas denominações são provas da preocupação a nível legal em relação à ameaça do Narcotráfico.

Os diplomas legais anteriormente apresentados representam um enquadramento jurídico do combate ao Narcotráfico, no entanto é o DL 15 de 1993 de 22 de janeiro que com maior pormenor define e tipifica as várias práticas ilícitas ligadas ao tráfico de estupefacientes. O supra referido diploma legal estratifica quatro situações genéricas que permitem enquadrar ocorrências no âmbito do tráfico de estupefacientes de acordo com as suas circunstâncias. As referidas situações genéricas são o tráfico de estupefacientes, tráfico de menor gravidade, traficante-consumidor e consumo.

**Quadro nº1 - Situações genéricas no âmbito do DL 15 de 1993 de 22 de janeiro e a sua moldura penal**

Situações genéricas	DL 15 de 1993 de 22 de janeiro	Moldura penal (em anos)
Tráfico	Artº 21 nº1 e 2;	4 a 12; 5 a 15;
	Art.º 22 nº1, 2, 3 al. a) e b);	2 a 10; 1 a 5; 3 a 12; 2 a 8;
Tráfico de menor gravidade	Artº25 al. a) e b);	1 a 5; até 2 ou multa até 240 dias;
Traficante-consumidor	Artº 26 nº1 e 3;	Até 3; até 1 ou multa até 120 dias;
Consumo	Lei 30 de 2000 de 29 novembro	Ilícito de mera ordenação social.

O crime de tráfico de estupefacientes vem previsto no Art.º 21 do DL 15 de 1993 de 22 de janeiro e enquadra as situações de cultivo, produção, fabrico, extração, preparação, venda, distribuição, compra, cedência, recetação, transporte, importação, exportação, e detenção sem que para tal se encontre autorizado. Têm também cabimento na classificação genérica de tráfico de estupefacientes o fabrico, importação, exportação, transporte e distribuição de precursores<sup>11</sup>, e as associações criminosas (Art.º 22 e 28 do DL 15 de 1993 de 22 de janeiro).

Tendo como base a tipificação de tráfico de estupefacientes e precursores acima descrita, quando a ilicitude dos factos e circunstâncias se mostrarem consideravelmente diminuídas tendo em conta os meios utilizados, o MO, a quantidade e qualidade das plantas, substâncias ou preparações, estamos então perante uma situação de tráfico de menor gravidade (Artº25 do DL 15 de 1993 de 22 de janeiro).

<sup>11</sup> São denominados de precursores as substâncias que são utilizadas como matéria-prima para o cultivo, fabrico e produção de estupefacientes.

É enquadrado na classificação de traficante-consumidor quem pela prática de algum dos factos previstos no Artº21 do acima mencionado DL, “ tiver por finalidade exclusiva conseguir plantas, substâncias ou preparações para uso pessoal” (Artº26 do DL 15 de 1993 de 22 de janeiro).

A prática exclusiva de consumo constitui-se como um ilícito de mera ordenação social, isto é, ao contrário de todas as outras situações relativas ao tráfico de estupefacientes, é a única que não é crime (Artº2 da Lei 30 de 2000 de 29 de novembro). De forma a ser considerado consumo, a quantidade de estupefaciente na posse de um indivíduo não pode ultrapassar “a quantidade necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias.” (nº2 do Artº2 da Lei 30 de 2000 de 29 de novembro). Os limites quantitativos máximos para cada dose média individual diária das plantas, substâncias ou preparações estão previstos no mapa anexo à Portaria nº94 de 1996 de 26 de março.<sup>12</sup>

Os anteriormente abordados DL representam o regime jurídico punitivo relativo ao tráfico de estupefacientes, no entanto não regula a atividade policial no âmbito do narcotráfico, esta por sua vez está descrita no DL 81 de 1995 de 22 de abril.

Com a sua publicação em 22 de abril de 1995 o DL acima referido revogou o Art.º57 do DL 15 de 1993 de 22 de janeiro. O referido artigo descriminava a competência para investigação dos diversos crimes e ilícitos de mera ordenação social pelos Órgãos de Polícia Criminal (OPC).

Com a atual redação “presume-se diferida à PJ através da Direção Central de Investigação do Tráfico de Estupefacientes<sup>13</sup>, a competência para investigação dos crimes tipificados nos Art.ºs 21, 22, 23, 27 e 28 do DL 15 de 1993 de 22 de janeiro “e dos demais que lhe sejam participados ou de que colha notícia” (Art.º1 do DL 81 de 1995 de 22 de abril). São também atribuídas à Polícia Judiciaria (PJ) as missões de prevenção de “introdução e transito pelo TN de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas,” e de “constituição de redes organizadas de tráfico interno dessas substâncias.” (Art.º2 do DL 81 de 1995 de 22 de abril).

---

<sup>12</sup> A referida Portaria refere os limites quantitativos máximos para cada dose media individual diária, caso um indivíduo tenha em sua posse uma quantidade superior ao consumo médio individual diário para dez dias já não é enquadrado na situação de consumo.

<sup>13</sup> Atual Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes (UNCTE).

Para além do que já foi descrito no âmbito das responsabilidades da PJ<sup>14</sup> no combate ao narcotráfico, tem também a incumbência de centralizar e tratar toda a informação respeitante às infrações previstas no DL 15 de 1993 de 22 de janeiro (Art.º4 do DL 81 de 1995 de 22 de abril).

A GNR e a Polícia de Segurança Pública (PSP) têm competência para investigação “do crime previsto e punido no Art.º21 do presente diploma, quando ocorram situações de distribuição direta aos consumidores, a qualquer título, das plantas, substâncias ou preparações nelas referidas;” e “dos crimes previstos e punidos nos Art.ºs 26, 29, 30, 32, 33 e 40 do presente diploma.” (Artº4 do DL 81 de 1995 de 22 de abril).

No parágrafo anterior foi apresentada a missão geral da GNR no âmbito do combate ao tráfico de estupefacientes, no entanto devido à missão específica atribuída a uma das suas unidades especializadas, a UCC<sup>15</sup>, foi-lhe atribuída a incumbência de “incidir prioritariamente a sua ação na fronteira marítima, nomeadamente através do sistema de vigilância e controlo, em particular nos pontos que ofereçam condições propícias ao desembarque clandestino de droga.” (nº3 do Artº2 do DL 81 de 1995 de 22 de abril).

No próximo capítulo será enquadrada a UCC no âmbito dos Sistemas Nacional e Internacional de Combate ao Narcotráfico por Via Marítima.

---

<sup>14</sup> A incumbência de centralizar e tratar toda a informação respeitante às infrações previstas no DL 15 de 1993 de 22 de janeiro, está atribuída a UNCTE da PJ

<sup>15</sup> A UCC tem a missão de vigilância, patrulhamento e interceção terrestre ou marítima em toda a costa e mar territorial do continente e das Regiões Autónomas, competindo-lhe, ainda, gerir e operar o SIVICC, distribuído ao longo da orla marítima.” (Artº40 da Lei 63 de 2007, de 6 de novembro)

---

## **Capítulo 3**

### **A UCC nos Sistemas Nacional e Internacional de Combate ao Narcotráfico por Via Marítima**

#### **3.1 Introdução**

Devido às suas consequências no âmbito da segurança, são desenvolvidas ações dos mais diversos patamares institucionais e âmbitos territoriais com vista a melhor combater o fenómeno criminal narcotráfico.

As ditas ações constituem a arquitetura do sistema de combate ao narcotráfico. De forma a desenvolver o presente capítulo, o mencionado sistema foi estratificado em dois patamares de âmbito mais abrangente, o sistema nacional de combate ao narcotráfico por via marítima e o sistema internacional de combate ao narcotráfico por via marítima.

De forma a sustentar a edificação do sistema nacional de combate ao narcotráfico por via marítima serão abordados os Sistemas de Segurança Interna (SSI) e de Autoridade Marítima (SAM). No que diz respeito ao sistema internacional de combate ao narcotráfico por via marítima, este foi construído com base na análise da interação entre as agências e organizações de âmbito internacional com missão de combate ao narcotráfico.

O terceiro capítulo da presente investigação pretende explicar o papel da UCC em ambos os sistemas.

#### **3.2 Sistema de Segurança Interna**

O Artº1 da Constituição da República Portuguesa (CRP), define Portugal como “uma república soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária”. Sendo da responsabilidade de entidades de âmbito nacional garantir que o que está tipificado na lei base do estado seja de facto o que existe, através da defesa dos Direitos Fundamentais da população. Esses referidos direitos estão tipificados na primeira parte da CRP. Para assegurar esses direitos, são atribuídas ao estado funções e responsabilidades, que recebem

a denominação de Tarefas Fundamentais do Estado (previstas no Artº9 da Lei Constitucional n.º 1 de 2005 de 12 de agosto).

Nas oito alíneas que se constituem como as supramencionadas tarefas existe um fundo comum, de defesa dos direitos liberdades e garantias da população. Essa defesa é assegurada por diversas entidades públicas (Tribunais, Governo, Órgãos de Polícia Criminal, etc.). Grande parte do que está previsto como Tarefa Fundamental do Estado, pode-se resumir como segurança interna.

A segurança interna é descrita na Lei de Segurança Interna como “a atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática.” (Art.º1 Lei 53 de 2008 de 29 de agosto) sendo conseguida através da articulação entre diferentes entidades. Nesta relação são especiais intervenientes as Forças Armadas e de Segurança, cujo desempenho está previsto e regulado em diplomas como o Código Processual Penal, a Lei de Segurança Interna ou a LQPC.

### **3.2.1 Órgãos do Sistema de Segurança Interna**

Com a finalidade de concretizar o conceito de segurança interna acima explanado, a Lei 53 de 2008 de 29 de agosto, define no seu Art.º11 três órgãos de segurança interna, O Conselho Superior de Segurança Interna (CSSI), o Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna (SGSSI) e o Gabinete Coordenador de Segurança (GCS).

O CSSI funciona como um órgão interministerial de auditoria e consulta em matéria de segurança interna. O SGSSI “funciona na direta dependência do PM ou, por sua delegação, do MAI” e tem como competências a “coordenação, direção, controlo e comando operacional”. O GCS “é órgão especializado de acessoria e consulta para a coordenação técnica e operacional da atividade das forças e dos serviços de segurança, funcionando na direta dependência do PM ou, por sua delegação do MAI”(Art.ºs 12, 14 e 15 da Lei 53 de 2008 de 29 de agosto).

O Artº25 da Lei 53 de 2008 de 29 de agosto define Forças e Serviços de Segurança (FFSS) como organismos públicos que estão exclusivamente ao serviço do povo português, apartidários cuja missão é a garantia de segurança interna, que juntamente com os Órgãos

de Segurança Interna materializam o Sistema de Segurança Interna (SSI). O número dois do mencionado artigo elenca como FFSS a GNR, a PSP, a PJ, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e o Serviço de Informações de Segurança, no entanto, tendo em conta o tema do presente trabalho e o número limitado de páginas para a sua redação, apenas serão abordadas as FFSS com competência no âmbito do combate ao narcotráfico por via marítima prevista no DL 81 de 1995 de 22 de abril, ou seja a GNR, a PJ.

### **3.2.2 Guarda Nacional Republicana**

A GNR é uma instituição centenária renascida em 3 de Maio de 1911 da extinta Guarda Republicana, herdeira dos Quadrilheiros e da Guarda Real de Polícia. Tem um efetivo total de perto de 23 mil militares com a responsabilidade de 97% do território, 60% da população nacionais e mar territorial. Distingue-se das demais Forças de Segurança devido à sua natureza militar e sua dupla dependência ministerial.

É missão da GNR no “âmbito dos sistemas nacionais de segurança e proteção, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei.” (nº2 do Art.º1 da Lei 63 de 2007 de 6 de novembro).

Como organização a GNR está articulada em unidades territoriais (Comandos Territoriais), especializadas (UCC, Unidade de Ação Fiscal e Unidade Nacional de Trânsito), representação (Unidade de Segurança e Honras de Estado), intervenção e reserva (Unidade de Intervenção). Na sequência do tema da minha investigação, apenas será abordada a UCC.

#### **3.2.2.1 Unidade de Controlo Costeiro**

A UCC é a atual legatária das Brigada Fiscal e Guarda Fiscal, e constitui-se como “a unidade especializada responsável pelo cumprimento da missão da Guarda em toda a extensão da costa e mar territorial, com competências específicas de vigilância, patrulhamento e interceção terrestre ou marítima em toda a costa e mar territorial do continente e das Regiões Autónomas, competindo-lhe, ainda, gerir e operar o Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo (SIVICC), distribuído ao longo da orla marítima.” (Artº40 da Lei 63 de 2007, de 6 de novembro).



A UCC é constituída por cinco Destacamentos<sup>16</sup> de Controlo Costeiro (DCC) com Zona de Ação (ZA) definida e delimitada e um sexto de âmbito nacional, o Destacamento de Vigilância Móvel (DVM). Os Destacamentos com ZA delimitada estão articulados em Subdestacamentos de Controlo Costeiro (SDCC). Fazem também parte da orgânica de um DCC as Seções de Transmissões Informática e Eletrónica (STIE), Manutenção Naval e SIVICC e Posto de Observação Móvel<sup>17</sup> (POM). Por sua vez os SDCC são compostos pelas Secções de TIE e Comando, pelas Equipas de Vigilância e Patrulha (EVP) e pelas Guarnições das embarcações. O quadro orgânico de referência para cada DCC está previsto no Despacho 56/09-OG<sup>18</sup>. Neste documento é referido que os DCC com ZA definida são comandados por um oficial de posto de Major e coadjuvado por um oficial de posto de Capitão. Os SDCC são comandados por um oficial subalterno. O DVM é comandado por um oficial de posto Capitão.

Fruto da missão atribuída, a UCC está equipada com meios e equipamentos próprios e adequados ao seu quotidiano. De forma a conseguir vigiar a costa, está equipada com câmaras Opal-P e Recon e binóculos intensificadores de luz. A nível náutico destacam-se as Lanchas de Fiscalização de Águas Interiores (LFA), as Lanchas de Vigilância e Interceção (LVI) e as Embarcações de Alta Velocidade (EAV).

Para além de todo o equipamento anteriormente elencado, a UCC tem a missão de gerir e operar o SIVICC. Este último<sup>19</sup> caracteriza-se por ser um sistema de vigilância eletrónica costeira composto por postos fixos e móveis, que se encontra em atual implementação (Cruz, 2012).

A sua implementação foi dividida em quatro fases, na primeira foram instalados dois PO fixos, adquiridos três POM e 20 câmaras térmicas portáteis. Ao nível das infraestruturas, foram realizadas obras no Centro de Comando e Controlo Operacional (CCCO) de Lisboa e ministrada formação para operadores de sistema, pessoal técnico e condutores de POM. Na segunda fase foram instalados mais três PO fixos, adquiridos dois POM e terminada a ligação entre os PO instalados e os CCCO de Lisboa e Ferragudo,

<sup>16</sup> Os cinco DCC com ZA definida são, o DDC de Matosinhos, o DCC de Figueira da Foz, DCC de Lisboa, DCC de Sines e DCC de Olhão, de acordo com a Portaria 1450 de 2008 de 16 de dezembro. Neste sentido *vide* Anexo A.

<sup>17</sup> Neste sentido *vide* Apêndice A.

<sup>18</sup> Despacho que altera o Despacho n.º 74/08-OG, de 22 de dezembro de 2008, que define as competências, estrutura e efetivo da UCC

<sup>19</sup> O SIVICC veio substituir o *Long Arm Operational System* (LAOS).

assim como ministrada formação para operadores e pessoal técnico (MAI, 2011, *cit in* Cruz, 2012).

A primeira fase foi completada com atraso, e a sua sucedânea ainda se encontra em desenvolvimento. Para as fases subsequentes estão previstos três POM, 15 PO fixos e novas ações de formação (Cruz, 2012).

Os objetivos da implementação do SIVICC são melhorar a “detecção e combate de situações ilícitas na zona costeira, no âmbito fiscal e aduaneiro, tráfico de droga e de pessoas, terrorismo, imigração ilegal, bem como em situações de catástrofes naturais” (MAI, 2011, *cit in* Cruz, 2012, p.17).

Este sistema tem como principais capacidades o facto de funcionar com uma tecnologia integrada facilitadora da atividade de vigilância costeira, o que potencia a resposta da UCC perante a detecção de ameaças, devido a concentração em CCCO da informação recolhida em tempo real. Quando atingir em pleno a sua implementação permitirá controlar uma área até 12 milhas em toda a extensão da faixa costeira nacional de forma ininterrupta, através da informação recolhida pelos PO fixos e móveis (Cruz, 2012).

A caracterização apresentada anteriormente define em traços gerais a UCC, no entanto devido à limitação prevista para o objeto de estudo a nível geográfico, serão abordados com maior incidência os DCC de Sines e Olhão.

O DCC de Sines tem como limite norte da sua ZA a Península de Troia e a sul o Cabo de S. Vicente, articula-se em três SDCC, o SDCC de Vila Nova de Mil Fontes, o SDCC de Sines o SDCC de Aljezur.

O DCC de Sines é comandado por um Capitão, e conta atualmente com três oficiais subalternos, 18 Sargentos, 62 Cabos e 40 Guardas, o que perfaz um total de 124 militares.

O DCC de Olhão garante o cumprimento da missão específica da UCC entre o Cabo de S.Vicente e a foz do Rio Guadiana. Organicamente está dividido em três SDCC, o SDCC de Portimão, o SDCC de Olhão e o SDCC de Vila Real de S. António.

O DCC de Olhão é atualmente comandado por um Capitão, e conta com um oficial de posto Capitão<sup>20</sup> e dois oficiais subalternos no comando dos SDCC, 23 Sargentos, 104 Cabos e 70 Guardas, o que perfaz um total de 202 militares.

---

<sup>20</sup> A colocação de um oficial do Posto de Capitão representa uma situação passageira fruto dos condicionalismo de colocação pós promoção.

### 3.2.3 Polícia Judiciária

A PJ é definida como “corpo superior de polícia criminal organizado hierarquicamente na dependência do Ministro da Justiça e fiscalizado nos termos da lei” com a missão de “coadjuvar as autoridades judiciárias na investigação, desenvolver e promover as ações de prevenção, deteção e investigação da sua competência ou que lhe sejam cometidas pelas autoridades judiciais competentes (Art.º 1 e 2 da Lei 37 de 2008 de 6 de agosto). Como organização a PJ está articulada em Direção Nacional, unidades nacionais, unidades territoriais, unidades regionais, unidades locais, unidades de apoio à investigação e unidades de suporte (Artº22 da Lei 37 de 2008 de 6 de agosto). Existem três unidades de âmbito nacional na orgânica da PJ, a Unidade Nacional Contra Terrorismo, a Unidade Nacional de Combate à Corrupção e a UNCTE.

Esta última, a UNCTE tem como “competências em matéria de prevenção, deteção, investigação criminal e a coadjuvação das autoridades judiciárias relativamente aos crimes de tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, tipificados nos artigos 21.º, 22.º, 27.º e 28.º do Decreto -Lei n.º 15 de 1993, de 22 de Janeiro, e dos demais previstos no DL que lhe sejam participados ou de que colha notícia” (Art.º 57 do DL 15 de 1993 de 22 de janeiro).

### 3.3 Sistema de Autoridade Marítima

Considerando a definição de segurança interna apresentada anteriormente e a posição geográfica do território nacional, é de óbvia importância a proteção da faixa costeira mais ocidental da Europa<sup>21</sup> contra os mais diversos tipos de ameaças.

Em 2002 face à nova realidade de ameaças por via marítima surge necessidade de implementar uma estrutura de defesa, controlo e patrulhamento costeiro. Essa estrutura foi materializada pelo Decreto-lei (DL) 43 de 2002 de 2 de março e denominada de Sistema de Autoridade Marítima (SAM).

O SAM é composto por diversas entidades nacionais às quais outorga o poder de Autoridade Marítima<sup>22</sup>, como a Autoridade Marítima Nacional (AMN), a Polícia Marítima,

---

<sup>21</sup> Para além de ser a fronteira mais ocidental da Europa, é também a 11ª maior Zona Económica Exclusiva mundial e um dos locais onde o tráfego marítimo é mais acentuado.

<sup>22</sup> O conceito de autoridade marítima é definido como “o poder público a exercer nos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição nacional, traduzido na execução dos atos do Estado, de procedimentos

a GNR, a PSP, a PJ, o SEF, a Inspeção Geral das Pescas, o Instituto da Água; o Instituto Portuário de Transportes Marítimos, as Autoridades Portuárias e a Direcção-Geral da Saúde (Art.º7 do DL 43 de 2002 de 2 de março).

O SAM possui inúmeras atribuições, no entanto apenas serão abordadas nestes trabalho a “prevenção e repressão da criminalidade, nomeadamente no que concerne ao combate ao narcotráfico” (Art.º6 do DL 43 de 2002 de 2 de março).

Considerando as atribuições escolhidas, e analisando as entidades com poder de Autoridade Marítima são de destacar a UNCTE da PJ por possuir competência reservada a nível legal no âmbito do Narcotráfico, e a UCC da GNR devido à sua missão de vigilância, patrulhamento e interceção terrestre ou marítima em toda a costa e mar territorial do continente e das Regiões Autónomas.

### **3.4 Sistema Nacional de Combate ao Narcotráfico por Via Marítima**

Com a apresentação dos conceitos ligados ao fenómeno criminal do narcotráfico, das entidades nacionais envolvidas no seu combate e dos diplomas legais que regulam ambos, estão reunidas as condições para construir o sistema nacional de combate ao narcotráfico por via marítima.

O conceito teórico “Sistema Nacional de Combate ao Narcotráfico por via marítima” tem como fundamento o DL 81 de 1995 de 22 de abril, neste diploma legal estão previstos quais os OPC com competência no âmbito do combate ao narcotráfico assim como a sua articulação. A presente investigação apenas se foca no vetor marítimo, o que implica o cruzamento dos SSI com o SAM. Desta sobreposição sobressaem duas entidades devido à sua coexistência em ambos os sistemas e competência no âmbito do combate ao narcotráfico por via marítima, a UNCTE e a UCC.

A UNCTE tem a tutela da investigação dos crimes relacionados com narcotráfico assim como a centralização e tratamento de todas as infrações tipificadas no DL 15 de 1993 de 12 de janeiro (Art<sup>os</sup> 1 e 4 do DL 81 de 1995 de 22 de abril). Já a UCC tem como

---

administrativos e de registo marítimo, que contribuam para a segurança da navegação, bem como no exercício de fiscalização e de polícia, tendentes ao cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis nos espaços marítimos sob jurisdição nacional.” (Artº3 do DL 43 de 2002 de 2 de março).

---

missão<sup>23</sup> o patrulhamento e policiamento das fronteiras marítimas<sup>24</sup> e infraestruturas portuárias.

O desempenho da missão acima atribuída à UCC, permite-lhe recolher informações junto da população relacionadas com o narcotráfico por via marítima, assim como intervir em situações de flagrante delito detetadas em situações de patrulhamento, vigilância e pelo SIVICC. Toda a informação recolhida é comunicada<sup>25</sup> à UNCTE, que por sua vez faz o seu tratamento.

Em suma, a UCC representa um coletor de informações que ao abrigo do dever de comunicação<sup>26</sup> informa a entidade competente para a investigação e centralização da informação, assim como a primeira barreira à entrada de estupefaciente em TN

### 3.5 Organizações Internacionais

Devido à magnitude da ameaça à segurança interna nacional e comum europeia que o Narcotráfico representa, foram criadas organizações e agências de variados âmbitos territoriais com o intuito de melhorar o combate ao Narcotráfico.

A nível policial são de notório destaque a *Internacional Criminal Police Organization* (INTERPOL) e a *European Police Office* (EUROPOL).

Atualmente, com 190 países membros, a INTERPOL é a maior organização de âmbito policial. Tem como princípio norteador da sua atuação facilitar a cooperação entre forças e serviços de segurança mesmo de países que não sejam membros de forma a melhorar o combate ao crime (INTERPOL, 2013).

A EUROPOL é uma agência europeia de segurança que tem como objetivo ajudar a melhorar a segurança de todos os Estados-membros através da recolha e tratamento de informações de foro criminal com especial ênfase nas ameaças criminais de âmbito transnacional (EUROPOL, 2013).

O UNODC é uma organização internacional com a missão de contribuir para melhores níveis de segurança e justiça através do seu apoio aos Estados-membros no âmbito do combate ao crime, ao tráfico de estupefacientes e terrorismo (UNODC, 2013).

---

<sup>23</sup> No âmbito do nº3 do Art.º 2 do DL 81 de 1995 de 22 de abril.

<sup>24</sup> Em particular das zonas que ofereçam condições propícias ao desembarque clandestino de droga (nº3 do Art.º 2 do DL 81 de 1995 de 22 de abril).

<sup>25</sup> Ao abrigo do Art.º 3 do DL 81 de 1995 de 22 de abril.

<sup>26</sup> Idem nota de rodapé anterior.

A *European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addition* (EMCDDA) é uma das agências descentralizadas da UE cuja missão é fornecer à UE e aos seus Estados-membros uma imagem objetiva dos problemas europeus relacionados com tráfico e consumo de estupefacientes, assim como providenciar uma base científica sólida que permita sustentar o debate a nível político assim como assinalar desenvolvimentos e atitudes a seguir (EMCDDA, 2013).

O *Maritime Analysis and Operation Centre - Narcotics* (MAOC-N) é uma agência de âmbito regional<sup>27</sup> que concentra os esforços de sete Estados-membros da EU, de forma a melhorar o combate ao narcotráfico por via marítima através da cooperação policial e coordenação operacional. Foi criada em abril de 2007 e tem o Quartel-General sediado em Lisboa. Este concentra oficiais de ligação das FFSS, Alfândegas, das Forças Armadas dos sete países membros, para além das entidades acima descritas têm estatuto de Observadores a Comissão Europeia, a EUROPOL, a UNODC, a EMCDDA e a agência norte-americana *Joint Interagency Task Force South* (JIATFS) (MAOC-N, 2012).

Todas estas agências representam plataformas de cooperação em âmbitos judicial e policial, o que cria uma lacuna no contexto do controlo das fronteiras externas da União Europeia. Esta lacuna foi colmatada pela Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia (FRONTEX).

Esta agência resulta de uma iniciativa da União Europeia (UE) no sentido de formar uma plataforma de cooperação entre FFSS dos Estados-Membros com o intuito de melhorar a defesa da fronteira externa da UE (Regulamento (CE) n.º 2007/2004 de 26 de outubro).

Ao abrigo da mencionada agência está a ser desenvolvido o Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (EUROSUR) com o propósito de “reforçar o controlo das fronteiras externas do espaço Schengen”. A nível mais concreto o Sistema EUROSUR<sup>28</sup> estabelecerá um mecanismo de cooperação e de partilha de informação entre as autoridades dos Estados-membros que realizam atividades de vigilância das fronteiras, com o intuito de combater a criminalidade transnacional através do combate à imigração ilegal, tráfico de seres humanos e estupefacientes e contrabando (CE, 2011).

---

<sup>27</sup> Por reunir o esforço de sete Estados-Membros, o MAOC-N foi apelidado de organização regional, de forma a fazer distinção para as anteriormente apresentadas que são de âmbito mais alargado.

<sup>28</sup> Neste sentido *vide* Anexo B.

O Sistema EUROSUR assenta em seis componentes, os centros de coordenação nacionais para a vigilância das fronteiras (NCC)<sup>29</sup>, os quadros de situação nacionais, a rede de comunicações, o quadro de situação europeu, o quadro comum de informações a montante das fronteiras e aplicação comum de instrumentos de vigilância. Os NCC funcionam como ponto de ligação entre as FFSS de cada país e a Agência FRONTEX.

### **3.5.1 O Sistema Internacional de Combate ao Narcotráfico por Via Marítima**

O subcapítulo anterior elenca algumas das agências e organizações com maior relevo no âmbito do combate ao narcotráfico e defesa de fronteiras. A articulação entre as referidas agências e organizações representa o alicerce que sustenta a edificação do sistema internacional do combate ao narcotráfico por via marítima.

Uma observação mais atenta sobre as mencionadas Agências e Organizações permite concluir que, funcionam como plataformas de cooperação, partilha de informações e de conhecimento adquirido.

A UCC representa para o sistema em análise uma força policial com capacidade<sup>30</sup> de recolha e transmissão de informações, assim como a primeira linha de intervenção policial na faixa costeira e infraestruturas portuárias nacionais.<sup>31</sup>

---

<sup>29</sup> NCC é a sigla em inglês de *National Coordination Centre*.

<sup>30</sup> Fruto dos seus equipamento e dispersão territorial ao longo do litoral português.

<sup>31</sup> Neste sentido *vide* Apêndice L e Anexo C.

---

## **Parte II - Investigação de Campo**

### **Capítulo 4**

#### **Metodologia e Procedimentos**

##### **4.1 Introdução**

Com a realização do enquadramento teórico e concetual estão reunidas as condições para avançar para o trabalho de campo, o qual ao contrário dos anteriores capítulos é de natureza essencialmente prática.

Nos capítulos anteriores foi feito um enquadramento teórico baseado numa pesquisa bibliográfica. Esta serve de suporte conceptual para os próximos capítulos, nos quais são aplicados os conceitos ao nível do objeto de estudo.

De forma a balizar a redação do atual RCFTIA foram definidas no primeiro capítulo uma pergunta de partida e cinco perguntas derivadas com base na primeira, assim como hipóteses de resposta às mencionadas perguntas. As respostas às perguntas de investigação representam o culminar do presente trabalho.

A nível estrutural a parte prática está articulada em três capítulos: Metodologia e Procedimentos; Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados; e por último, Conclusões e Recomendações.

No presente capítulo são apresentados e descritos os métodos utilizados para a recolha de dados de forma a conseguir tecer conclusões sem correr o risco de estarem assentes em lacunas metodológicas. Risco esse que põe em causa a fiabilidade das conclusões. Assim sendo serão abordados no presente capítulo<sup>32</sup> os seguintes pontos:

1. O método de abordagem ao problema e justificação.
2. Quais as técnicas, procedimentos e meios utilizados.
3. Local e data da pesquisa e recolha de dados.
4. Amostragem: composição e justificação.
5. Descrição dos procedimentos de recolha de dados e análise.

---

<sup>32</sup> Os pontos a referir estão de acordo com o previsto na NEP 520 de 30 de Junho de 2011 da AM.



6. Descrição dos materiais e instrumentos utilizados.
7. Programas informáticos utilizados no processamento de dados.

#### **4.2 Método de Abordagem ao Problema e Justificação**

A solidez de um trabalho académico depende em grande parte do respeito pelas normas de metodologia. Respeito esse que deverá ser observado em todas as fases de redação e recolha de informação por parte do seu autor. Assim sendo, com objetivo de dar resposta às perguntas apresentadas no capítulo inicial do presente trabalho através da análise da atividade operacional da UCC e de entrevistas a entidades com relevo no âmbito do objeto de estudo, foram selecionados dois métodos de investigação científica que na perspetiva do autor eram os mais adequados.

Os dois métodos escolhidos foram o método sistemático e o inquisitivo. O método sistemático caracteriza-se por assentar na interpretação de acontecimentos e foi utilizado para a análise da atividade operacional da UCC no âmbito do narcotráfico (Sarmiento, 2008). O segundo método, o inquisitivo, é definido como “(...) baseado no interrogatório escrito e oral” sendo aplicado na realização de entrevistas (Sarmiento, 2008, p. 5).

Os métodos anteriormente apresentados representam um complemento do método hipotético-dedutivo que serve de pedra angular a todo o trabalho.

#### **4.3 Técnicas, Procedimentos e Meios Utilizados**

No subcapítulo anterior foram apresentados os métodos de investigação científica adotados, no entanto estes apenas representam construções teóricas que orientam o autor para a redação de um trabalho académico, sendo portanto importante definir quais técnicas a utilizar tendo em conta a realidade, os objetivos da investigação, do modelo de análise e das características do campo de análise (Quivy e Campenhoudt, 2008). Assim sendo foram escolhidos os instrumentos análise documental e entrevistas.

---

#### 4.3.1 Análise Documental

A doutrina metodológica que caracteriza o método sistemático serviu como diretriz para a análise documental do presente trabalho que é materializado no estudo dos autos de notícia levantados por infração ao DL 15 de 1993 de 22 de janeiro entre janeiro de 2009 e janeiro de 2012 pelo dispositivo da UCC.

Com esta abordagem foram obtidos dados empíricos relativamente à atividade operacional da UCC, que após serem sujeitos a uma análise permitiram tecer algumas conclusões.

A recolha de informação foi efetuada no Comando da UCC em Alcântara<sup>33</sup> onde foi permitido o acesso a uma Base de dados em *Microsoft Office 2010 Access* que reunia todos os *Situation Reports*<sup>34</sup> (SitRep) desde 21 de outubro de 2008 até 2 de junho do corrente ano. A consulta dos referidos SitRep permitiu identificar a data todas as situações relativas a infrações ao DL 15 de 1993 de 22 de janeiro. A localização temporal permitiu através da consulta dos arquivos de autos, encontrar os autos e reuni-los para posterior análise.

A acima mencionada recolha e seleção obedeceu a dois critérios, sendo o primeiro a data, dado que apenas foram tidos em conta os autos levantados entre janeiro de 2009 e janeiro de 2012, e o seu âmbito, posto que apenas eram relevantes para o este trabalho os autos levantados por infração ao previsto no DL 15 de 1993 de 22 de janeiro. Após a acima descrita seleção foi efetuada nova triagem, segundo o critério de ser ou não uma situação de tráfico internacional de estupefacientes por via marítima.

Os autos resultantes deste último processo de seleção foram organizados em tabelas através do programa *Excel* do *Microsoft Office 2010* com base em cinco parâmetros de âmbito mais abrangente. Os mencionados parâmetros são: qual a situação relatada no auto, o tipo de estupefaciente, o tipo de embarcação, a composição da tripulação e o local de abordagem à costa. Para além do *Excel*, a abordagem ao quinto parâmetro, local de abordagem à costa, foi feita com recurso ao programa *Google Earth*.

Para o presente trabalho apenas foram considerados os autos levantados entre janeiro de 2009 e janeiro de 2012. O limite anterior tem como justificação ter sido o ano da implementação da atual orgânica, e como tal da UCC, já o limite posterior tem como fundamento ser o ano mais atual aquando da aprovação do projeto do presente RCFTIA.

---

<sup>33</sup> A recolha de dados foi efetuada entre os dias 2 a 13 de junho do ano de 2013.

<sup>34</sup> Os *Situation Reports* são documentos elaborados diariamente no escalão do Destacamento com o intuito de informar o escalão superior. São objeto de SitRep todas as situações entendidas como de relevo ocorridas na ZA do Destacamento em questão.

### 4.3.2 Entrevista

O método inquisitivo caracteriza-se pelo uso do discurso como fonte de informação, que segundo Quivy e Campenhout (2008) apesar de não garantir obrigatoriamente resultados empíricos, permite ao entrevistador o contacto com novos pontos de vista e a rutura de ideias pré-concebidas.

Tendo como base a doutrina metodológica referente ao método inquisitivo, e com objetivo de dar resposta às questões levantadas no primeiro capítulo do presente investigação, foi considerada a entrevista como instrumento mais adequado. A entrevista é segundo Sarmiento (2008) um tipo primário de recolha de informação qualitativa, a partir da qual é conseguida a extração de conclusões que permitem validar ou refutar as hipóteses do trabalho, assim como dar resposta às perguntas de partida e derivadas.

De forma a guiar o entrevistado, assim como a garantir que o entrevistador obtinha as respostas que procurava, as entrevistas foram realizadas como base num guião, contudo era permitido ao entrevistado que abordasse outros assuntos que na sua ótica estivessem relacionados. Este tipo de entrevista é denominado de entrevista semiestruturada (Sarmiento, 2008).

A escolha das personalidades a entrevistar teve em conta a sua relação profissional como tema em análise, assim como o seu relevo no âmbito académico.

Assim foram realizadas quatro entrevistas presenciais suportadas por dois guiões de entrevista diferentes.<sup>35</sup>

As referidas entrevistas foram colocadas a dois oficiais da GNR, um Inspetor Chefe da PJ e um Coordenador Superior de Investigação Criminal da PJ, cujos dados sociodemográficos estão expostos no Quadro 2.

**Quadro nº2 - Dados Sociodemográficos dos entrevistados**

Entrevistado	Género	Posto	Cargo
Entrevistado 1	M	Capitão	Comandante do DCC de Olhão
Entrevistado 2	M	Capitão	Comandante do DCC de Sines
Entrevistado 3	M	Inspetor Chefe	Inspetor Chefe na UNCTE
Entrevistado 4	M	Coordenador Superior de Investigação Criminal	Coordenador Superior do MAOC-N

<sup>35</sup> Neste sentido *vide* Apêndice C e D.

As entrevistas decorreram entre nove de junho e quatro de julho de 2013, todas foram presenciais e gravadas, posteriormente foram transcritas para um documento *Word*.

A transcrição completa das entrevistas assim como os guiões de entrevista e a carta de apresentação foram anexados ao presente trabalho<sup>36</sup>.

#### **4.4 Procedimentos de Recolha de Dados e Análise**

Tendo em conta as fontes de informação escolhidas, a análise de autos e as entrevistas, foram adotados os procedimentos entendidos como os mais adequados para a sua recolha e tratamento.

O acesso à atividade operacional da UCC foi materializado pela consulta de uma Base de dados em *Microsoft Office 2010 Access* que reunia todos os SitRep desde 21 de outubro de 2008 até 2 de junho do corrente ano. Através da localização temporal eram consultados os arquivos dos autos onde se efetuava uma seleção com vista a obter apenas os de relevo para a presente investigação. Após esta triagem os autos foram organizados em tabelas através do programa *Excel* do *Microsoft Office 2010* com base em cinco parâmetros de âmbito mais genérico.

No que diz respeito às entrevistas foi adotado o procedimento de efetuar a sua realização de forma presencial, através da deslocação do autor aos locais de trabalho dos entrevistados. As respostas dos entrevistados foram organizadas em tabelas de forma a analisar o conteúdo, assim como conseguir com maior facilidade comparar respostas.

---

<sup>36</sup> Neste sentido *vide* os Apêndices B, C e D.

---

## **Capítulo 5**

### **Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados**

#### **5.1 Introdução**

O trabalho de campo do presente RCTIA está dividido em duas partes por recorrer a duas fontes de informação de natureza distinta, uma quantitativa e outra qualitativa. Na primeira parte foram analisados os autos de notícia levantados pelo dispositivo da UCC entre janeiro de 2009 e janeiro de 2012 no âmbito do DL 15 de 1993 de 22 de janeiro.

Na segunda parte é completada a análise dos autos com a análise de conteúdo das entrevistas realizadas.

#### **5.2 Análise e Discussão da Atividade Operacional**

Neste capítulo será observada a atividade operacional da UCC entre janeiro de 2009 e janeiro 2012 no âmbito do narcotráfico por via marítima. A referida observação é materializada através da análise dos autos<sup>37</sup> levantados pelo dispositivo da UCC por infração ao previsto no DL 15 de 1993 de 22 de janeiro.

O estudo da atividade operacional estará dividido em cinco parâmetros, sendo que no primeiro diz respeito à situação relatada no auto, a segunda ao tipo de estupefaciente, a terceira ao tipo de embarcação utilizada, a quarta à composição da tripulação e a última ao local de abordagem ao TN.

---

<sup>37</sup> “O auto é o instrumento destinado a fazer fé quanto aos termos em que se desenrolam os atos processuais a cuja documentação a lei obrigar e aos quais tiver assistido quem o redige, bem como a recolher as declarações, requerimentos, promoções e atos decisórios orais que tiverem ocorrido perante aquele.” (artº99 do Código de Processo Penal)

**Quadro nº3 - Autos levantados por infração ao DL 15 de 1993 de 22 de janeiro pela UCC entre janeiro de 2009 e janeiro de 2012**

	Infracção ao DL 15/93	Cultivo	Pequeno Tráfico	Tráfico
DVM	0	0	0	0
DCC Matosinhos	1	1	0	0
DCC Figueira da Foz	1	0	1	0
DCC Lisboa	3	0	0	3
DCC Sines	6	1	0	5
DCC Olhão	19	0	1	18
Total	30	2	2	26

Durante o período acima balizado, foram levantados 30 autos de notícia pelo dispositivo da UCC por infração ao Decreto-lei 15 de 1993 de 22 de janeiro, no entanto, visto o objeto deste trabalho ser o tráfico internacional, os autos levantados por situações de pequeno tráfico ou de cultivo não serão analisados.

Devido à limitação do objeto de estudo a nível geográfico, apenas serão considerados os autos levantados pelos DCC de Sines e Olhão<sup>38</sup>.

A análise dos 23 autos levantados pelos DCC de Sines e Olhão permitiu encontrar pontos comuns entre as ocorrências. Razão pela qual, foram enquadrados em seis situações genéricas de acordo com o motivo de levantamento do auto.

Foram enquadrados como “Desembarque” os autos levantados contra desconhecidos<sup>39</sup> onde são apreendidas embarcações com ligação ao narcotráfico (independentemente da apreensão ou não de estupefacientes).

Os autos levantados pela identificação de suspeitos ligados ao narcotráfico foram classificados como “Identificação”.

Quando existem informações que denunciam locais como frequentemente utilizados para práticas relacionadas com narcotráfico, são levantados autos contra desconhecidos por indícios de tráfico de estupefacientes. Estes autos foram considerados como “Indícios”, no âmbito das seis situações genéricas.

Foi atribuída a denominação de “Interceção” aos autos relativos a ocorrências onde o ilícito criminal de desembarque de estupefaciente na costa era interrompido pela ação policial, e onde se conseguia a apreensão da embarcação e estupefaciente assim como a identificação dos autores.

<sup>38</sup> Apesar de reduzir o objeto de estudo, é importante referir que os dois mencionados DCC representam 88% dos autos levantados no âmbito do DL 15 de 1993 de 22 de janeiro.

<sup>39</sup> É utilizado o termo “levantado contra desconhecido” quando não é identificado nenhum suspeito da prática de um ilícito criminal perante a qual é levantado o auto.

As apreensões de estupefacientes em viaturas de mercadorias cuja proveniência seja de tráfico por via marítima são denominadas de “Transporte”.

São considerados como “Achamento” os autos referentes à apreensão de estupefacientes na zona costeira sem que seja feita ligação a uma embarcação ou identificação de suspeitos.

**Quadro nº4 - Enquadramento dos Autos levantados por infração ao DL 15 de 1993 de 22 de janeiro pela UCC entre janeiro de 2009 e janeiro de 2012 em seis situações genéricas**

	Desembarque	Identificação	Indícios	Interceção	Transporte	Achamento
DCC Sines	2	0	1	1	0	1
DCC Olhão	3	1	1	3	1	9
Total	5	1	2	4	1	10

O número de “Achamentos” ganha notório realce em relação às demais situações, no entanto é de destacar o número de “Interceções” devido às operações de abordagem costeira adversárias serem de curta duração e à vastidão da linha costeira nacional.

Todos os autos em análise estão relacionados com o narcotráfico, no entanto em apenas 17 ocorrências foi apreendido estupefaciente como é demonstrado pelo quadro imediatamente abaixo.

**Quadro nº5 - Relação entre as ocorrências e a apreensão de estupefaciente**

	Nº de ocorrências	Haxixe	Cocaína	Outras substâncias	Total
DCC Sines	5	3	0	0	3
DCC Olhão	18	15	1	0	15 <sup>40</sup>
Total	23	18	1	0	18 <sup>41</sup>

Em 18 das 23 ocorrências observadas foi apreendido estupefaciente. Considerando somente a variável, qual o estupefaciente apreendido, e ignorando a quantidade, verificamos que em todas as ocorrências nas quais foram feitas apreensões foi apreendido haxixe, e apenas em uma foi apreendida cocaína juntamente com haxixe. Os dados apresentados destacam o haxixe como substância mais comum. Na primeira abordagem à questão foi ignorada a variável quantidade, no entanto é importante referir que as 23 ocorrências representam 18704,150 kg de haxixe e 49 kg de cocaína. De acordo com os Relatórios Anuais de Segurança Interna de 2009, 2010 e 2011, foram apreendidos

<sup>40</sup> Na mesma ocorrência foi apreendido haxixe e cocaína

<sup>41</sup> Idem nota de rodapé número 17.

70619,969 kg de haxixe entre janeiro de 2009 e janeiro de 2012, se compararmos com os dados apresentados no quadro 5, é verificado que os dois DCC em estudo representam perto de 27% do haxixe apreendido a nível nacional.

Os parágrafos anteriores permitiram concluir que a faixa costeira nacional é um local de abordagem por parte de embarcações ligadas ao narcotráfico, no entanto não foi especificado o tipo de embarcação usada pelo adversário. Esta lacuna foi colmatada pelo Quadro nº 6 abaixo apresentado.

**Quadro nº6 - Relação entre o número de ocorrências e as embarcações utilizadas**

	Nº de ocorrências	Nº de ocorrências em que foram detectadas embarcações	Embarcação Semi-rígida	Embarcação de Recreio	Embarcação insuflável
DCC Sines	5	3	3	0	0
DCC Olhão	18	6	6	2	1
Total	23	9	9	2	1

Uma observação inicial do Quadro nº 6 parece indicar uma discrepância de dados entre o número de ocorrências em que foram detetadas embarcações e o nº de embarcações detetadas. Esta aparente falácia tem como justificação o facto de por vezes estarem envolvidas mais que uma embarcação.

Após uma análise dos autos ao abrigo do terceiro parâmetro, tipo de embarcação, foi possível concluir que existem genericamente três MO por parte do adversário no que concerne ao número e tipo de embarcações utilizadas. O primeiro e mais comum caracteriza-se pelo uso de apenas uma embarcação do tipo Semirrígido ou de recreio.

Por utilizar mais que uma embarcação do tipo Semirrígido, em que uma delas se encontra descarregada, o segundo MO adversário apresenta contornos de maior complexidade e preparação. A embarcação descarregada pode servir de engodo caso concentre a atenção do dispositivo policial no local ou então como escapatória, visto estar mais leve.

O terceiro e último MO distingue-se dos dois anteriores por usar operações de transbordo entre embarcações. Regra geral, existe uma embarcação do tipo Semirrígido ou de recreio que transporta o estupefaciente até um local onde descarrega para embarcações de menor porte como embarcações insufláveis e do tipo Semirrígido.

Das nove ocorrências em que foi detetado o uso de embarcações, sete (das quais) podem ser enquadradas no primeiro MO e as restantes duas enquadram-se cada uma nos outros dois *modi operandi*.



Com o término da abordagem ao terceiro parâmetro, foram tiradas algumas conclusões no que diz respeito ao tipo de embarcação utilizada assim como os diferentes *modi operandi* utilizados para conseguir iludir as FFSS nacionais. Ficando por responder descobrir qual a composição da tripulação.

A análise da atividade operacional permitiu perceber que a deteção deste tipo de iniciativas criminais é de notória dificuldade. À semelhança da deteção, também nem sempre são detidos os envolvidos no ato ilícito. Assim sendo, a abordagem ao quarto parâmetro genérico apenas se vai focar nas ocorrências em que foram feitos detidos, ignorando os autos levantados contra desconhecidos.

Das 23 ocorrências em estudo, apenas em cinco foram feitos detidos. Uma dessas ocorrências teve lugar na ZA do DCC de Sines e as restantes na ZA do DCC de Olhão.

**Quadro nº7 - Relação entre o número de ocorrências, o número de detidos e os seus dados sociodemográficos**

	Nº de ocorrências	Nº de ocorrências em que foram constituídos detidos	Ocorrência	Nº de elementos	Género	Idade	Nacionalidade
DCC Sines	5	1	Nº1	1	M	-	Espanhola
DCC Olhão	18	4	Nº2	6	M	25	Romena
						25	Romena
						35	Desconhecida
						25	Desconhecida
						37	Desconhecida
						35	Espanhola
			Nº3	5	M	44	Espanhola
						31	Romena
						29	Ucraniana
						29	Ucraniana
						21	Ucraniana
						28	Ucraniana
			Nº4	2	M	51	Espanhola
						48	Espanhola
			Nº5	6	M	43	Espanhola
						29	Espanhola
						28	Marroquina
						21	Marroquina
						26	Marroquina
						24	Marroquina
Total	23	5	5	20			

Para este parâmetro foram atribuídos números às ocorrências de 1 a 5 de forma a tornar mais fácil a explicação do quadro acima exposto.

As ocorrências nºs 1, 3, 4 e 5 resultam da deteção de operações de abordagem à costa denominadas anteriormente como “Interceções”. A ocorrência nº 2 resulta da deteção de uma situação de “Transporte”.

Analisando os dados sociodemográficos dos 20 detidos é possível verificar que são todos do género masculino, com idade compreendida entre os 21 e os 51 anos de idade. Com exceção dos indivíduos cuja nacionalidade não foi possível apurar a quando do levantamento do auto, verifica-se que estes são provenientes de quatro países, Espanha, Marrocos, Roménia e Ucrânia. Examinando com maior pormenor a questão da nacionalidade, identificam-se três indivíduos de nacionalidade romena, seis de nacionalidade espanhola, quatro de nacionalidade ucraniana e quatro de nacionalidade marroquina.

Os Relatórios Anuais de Segurança Interna de 2009, 2010 e 2011, fornecem informações relativas aos dados sociodemográficos<sup>42</sup> dos detidos por tráfico de estupefacientes. Esses dados indicam como características mais frequentes, o género masculino, a nacionalidade portuguesa, e idade superior a 21 anos. Comparando os dados sociodemográficos apresentados anteriormente são verificados pontos em comum no que diz respeito ao género e idade e discrepância no que concerne à nacionalidade.

De forma a melhor explicar os dados relativos ao quinto parâmetro, foram georreferenciadas as ocorrências em duas figuras, uma relativa às ocorrências detetadas pelo DCC de Sines e outra pelo DCC de Olhão.



**Figura nº2 - Georreferenciação das ocorrências na ZA do DCC de Sines**

**Fonte: Figura original retirada de Google Earth.**

<sup>42</sup> Os dados extraídos são referentes a todas as ocorrências por tráfico de estupefacientes e não apenas o narcotráfico por via marítima.

A Figura 2<sup>43</sup> espelha a nível geográfico as ocorrências detetadas pelo DCC de Sines entre janeiro de 2009 e janeiro de 2012. A sua observação permite indicar a faixa costeira ao largo do Cabo Pontal como o local com maior incidência.



**Figura nº3 - Georreferenciação das ocorrências na ZA do DCC de Olhão**

Fonte: Figura original retirada de *Google Earth*.

Por sua vez, a Figura 3<sup>44</sup> é relativa às ocorrências detetadas pelo DCC de Olhão em igual período ao referido anteriormente. A sua análise permite apontar três locais onde o número de ocorrências os destacam dos demais. Os mencionados locais são a faixa costeira entre Burgau e Salema, Portimão e Albufeira e a Ria Formosa.

A observação anterior permitiu agrupar em zonas as ocorrências, o que possibilita identificar os locais onde surgem em maior número. Outro ponto que foi desenvolvido ao abrigo do quinto parâmetro foi: qual a morfologia costeira escolhida pelo adversário como acesso ao TN.

**Quadro nº8 - Morfologia do local onde foi detetada a ocorrência**

	Nº de ocorrências	Praia	Foz	Localidade	Porto	Cais
DCC Sines	5	4	1	0	0	
DCC Olhão	18	14	1	1	1	1
Total	23	18	2	1	1	1

De acordo com o exposto no Quadro 8 é possível verificar alguma preferência pela morfologia costeira “praia” por parte do adversário. No entanto, estes dados apenas

<sup>43</sup> A localização exata das ocorrências na ZA do DCC de Sines está no Apêndice I.

<sup>44</sup> A localização exata das ocorrências na ZA do DCC de Olhão está no Apêndice J.

espelham as iniciativas detetadas, não sendo portanto prudente colocar em segundo plano as abordagens que tiveram como palco as infraestruturas portuárias, porto e cais.

### 5.3 Análise e Discussão das Entrevistas

Da análise de autos conclui-se que ela constitui uma importante fonte de informação, no entanto não permite a recolha de alguns dados que para o presente trabalho se consideram importantes. Refira-se a título de exemplo o MO da UCC para cada situação, ou o papel da UCC no âmbito das organizações e agências de âmbito nacional e internacional ligadas ao combate ao narcotráfico. A este propósito foram realizadas quatro entrevistas com base em dois guiões de entrevista com vista à obtenção das respostas procuradas.

O número de guiões envolvidos está diretamente relacionado com o tipo de entrevistados, pelo que para a presente investigação foi aplicado um guião aos Comandantes de DCC de Olhão e Sines com o objetivo de interpretar a apresentada atividade operacional já exposta. O outro guião foi aplicado a um Inspetor Chefe colocado na UNCTE com o intuito de apurar o que representa a UCC para o OPC com competência reservada no âmbito do tráfico de estupefacientes, e ao Coordenador Superior do MAOC-N com vista a discernir o papel da UCC no âmbito das agências e organizações de âmbito internacional com missão de combate ao narcotráfico.

Assim sendo, a análise de conteúdo das entrevistas foi efetuada através da comparação das respostas entre os entrevistados de cada guião.

#### 5.3.1 Análise e Discussão das Entrevistas ao Guião de Entrevista A

Com o intuito de colmatar as lacunas detetadas, foram entrevistados os Comandantes de DCC de Sines e Olhão com o propósito de complementar a análise das ocorrências. De forma a conseguir as respostas procuradas foi seguido um guião de entrevista<sup>45</sup>. O qual era constituído por cinco questões.

No sentido de conseguir tirar ilações sobre os pontos convergentes e divergentes dos dois Comandantes de DCC procedeu-se à análise conjunta das resposta obtidas.

---

<sup>45</sup> Vide Apêndice C.

### 5.3.1.4 Análise das Respostas à questão nº4 do Guião de Entrevista A

**Quadro nº9 - Resumo das Respostas à questão nº4 do Guião de Entrevista A**

En	Questão nº4- Considerando as ocorrências na sua ZA, na sua opinião acha que existem variáveis que condicionam/propiciam a ocorrência de operações de desembarque?
E1	“É difícil apontar fatores que taxativamente indiquem que um facto ou variável condiciona ou propicia as operações de abordagem à costa (..) considerando as situações de desembarque é fácil constatar que tanto ocorrem na preia-mar como na baixa-mar, assim como ocorrem em qualquer dia do calendário lunar e em praticamente todos os perfis de costa.”
E2	“O adversário poderá demonstrar alguma preferência pela lua nova, pela preia-mar, pela qualidade de acessos assim como pela proximidade a eixos rodoviários (...) e por um mar calmo que permita uma navegação mais segura.” “(...) já foram feitas abordagens em outras fases lunares, na baixa-mar e em locais apenas acessíveis por viaturas de todo-o-terreno ou furgões de rodado duplo e com o mar algo crispado.”

Na revisão de literatura foram elencados quatro fatores que influenciam o exercício de navegação marítima. A presente questão interrogava os entrevistados acerca da existência de variáveis que condicionem ou propiciem a ocorrência de abordagens a costa por parte de embarcações ligadas ao narcotráfico.

Neste âmbito o E1 afirmou que é difícil elencar fatores que condicionem ou propiciem a abordagem à costa, porque analisando as ocorrências é fácil concluir que tanto se verificam na preia-mar, como na baixa-mar, assim como ocorrem em qualquer fase lunar e em um qualquer perfil de costa.

O E2 corrobora a opinião do E1, no entanto aponta que o adversário poderá ter alguma “preferência pela lua nova, pela preia-mar, pela qualidade de acessos assim como pela proximidade a eixos rodoviários que permitam a rápida deslocação do estupefaciente e por um mar calmo que permita uma navegação mais segura.”

As respostas dos entrevistados permitem concluir que não é possível afirmar com 100% de certeza que a lua cheia ou a vazante influenciem de qualquer forma a ocorrência de abordagens à costa. No entanto e de acordo com E2 poderá ser notada alguma preferência por certos fatores, com especial destaque da agitação marítima.

### 5.3.1.5 Análise das Respostas à questão nº5 do Guião de Entrevista A

**Quadro nº10 - Resumo das Respostas à questão nº5 do Guião de Entrevista A**

En	Questão nº5- Tendo em conta as variáveis referidas anteriormente, e ocorrências ligadas ao narcotráfico, qual ou quais as áreas mais propícias à existência de abordagens à costa na sua ZA?
En1	“a Ilha de Tavira/Ria Formosa, a faixa costeira entre Lagos e Sagres e a Foz do Rio Guadiana;”
En2	“Toda a ZA da minha responsabilidade é propícia à ocorrência de desembarques (...)” “(...) a ZA do SDCC de Aljezur é no meu entender a mais propicia a ocorrências de abordagens à costa.”

A análise do quinto parâmetro da atividade operacional permitiu apontar alguns locais devido ao número de iniciativas do adversário que foram detetadas. Na ZA do DCC de Olhão foram referenciadas as faixas costeiras entre Burgau e Salema, Portimão e Albufeira e a Ria Formosa, na ZA do DCC de Sines foi apontada a faixa costeira ao largo do Cabo Pontal.

A última questão pedia aos entrevistados que identificassem os locais ou zonas da sua ZA que no seu entender fossem mais propícias à ocorrência de abordagens à costa. É importante referir que os entrevistados tiveram em conta ocorrências fora do período em estudo, fruto da sua experiência profissional.

O E1 identificou a Ilha de Tavira/ Ria Formosa, a faixa costeira entre Lagos e Sagres e a Foz do Rio Guadiana como zonas mais propícias à ocorrência de abordagens à costa. Comparando o estudo da atividade operacional do DCC de Olhão com a resposta do E1 são verificados pontos em comum e divergências.

Relativamente à Ilha de Tavira/ Ria Formosa, foi verificado que tanto a observação da atividade operacional como o E1 a indicavam como zona propícia a abordagens.

O E1 referenciou a faixa costeira entre Lagos e Sagres, o que é corroborado pelo estudo da atividade operacional mas com maior pormenor (faixa costeira entre Burgau e Salema).

A última zona referenciada como propícia pelo E1 diz respeito à foz do Guadiana. O estudo da atividade operacional sinalizou nesse local apenas uma ocorrência o que não permitia a atribuição de rótulo de zona propícia.

A observação da atividade operacional indicou uma área com elevado número de ocorrências que não foi considerada pelo E1, a mencionada área é a faixa costeira compreendida entre Portimão e Albufeira.

Por sua vez o E2 afirmou que toda a sua ZA é favorável à sua ocorrência, no entanto destacou a ZA do SDCC de Aljezur devido à sua morfologia costeira e proximidade ao Norte de África. A observação da atividade operacional suporta a afirmação do E2, no entanto foca a faixa costeira ao largo do Cabo Pontal.

### **5.3.2 Análise e Discussão das Respostas ao Guião de Entrevista B**

Os capítulos anteriores abordaram a atividade operacional da UCC de forma a comprovarem de forma empírica o papel da UCC no combate ao narcotráfico, no entanto a

atividade operacional da UCC tem repercussões para além do imediato da apreensão, que se fazem sentir em entidades nacionais e internacionais.

De forma a averiguar o que representa a UCC para as referidas entidades, assim como verificar a atualidade de alguns conceitos apresentados no enquadramento teórico, foram entrevistadas duas personalidades que pelo seu percurso profissional e académico estão diretamente ligadas à presente investigação<sup>46</sup>.

### 5.3.2.1 Análise das Respostas à questão nº1 do Guião de Entrevista B

Quadro nº11 - Resumo das Respostas à questão nº1 do Guião de Entrevista B

En	Questão nº1- Tendo em conta a situação geográfica nacional e o fluxo internacional de Narcotráfico, acha que Portugal é visto como um mercado ou uma porta de entrada na Europa?-
E3	“Portugal é um local de venda a retalho de venda dos mais comuns tipos de droga (...)” “Portugal representa um dos pontos de entrada na Europa, (...)” Atendendo ao posicionamento geoestratégico nacional entre a Europa e os dois pontos de produção de haxixe e cocaína, (...) Portugal constitui-se como um ponto de quase obrigatória passagem.”
E4	“A península ibérica é indiscutivelmente apontada como uma porta de entrada Europa, que no entanto tem vindo a diminuir de importância fruto do diversificar de <i>modi operandi</i> .”

A primeira questão relaciona a posição do TN com o fluxo internacional de narcotráfico, à qual o E3 respondeu que para além de Portugal ser um local de venda a retalho dos tipos mais comuns de estupefacientes, é em primeiro plano uma porta de entrada da Europa pelas suas características geográficas. As referidas características geográficas que segundo o E3 fazem do TN uma porta de entrada são a sua posição intermédia entre os locais de produção de haxixe (norte de África) e de cocaína (América Latina) e o local de consumo (a Europa).

O E4 concorda com a opinião do E3 de que o TN é uma porta de entrada para Europa, no entanto, o E4 afirma que tem vindo a diminuir de importância fruto do diversificar dos *modi operandi*.

As respostas obtidas reforçam a importância e magnitude que a ameaça do narcotráfico representa para a segurança interna nacional e comum europeia.

<sup>46</sup> As referidas personalidades são o Entrevistado 3 e Entrevistado 4, neste sentido vide o Quadro 2.

### 5.3.2.2 Análise das Respostas à questão nº2 do Guião de Entrevista B

Quadro nº12 - Resumo das Respostas à questão nº2 do Guião de Entrevista B

En	Questão nº2- No que diz respeito ao transporte de estupefacientes para solo português, qual acha ser o <i>modus operandi</i> mais comum?
E3	“(…) não é possível afirmar com 100% de certeza que o <i>modus operandi</i> mais comum é o uso de pesqueiros ou qualquer outro. (...) no que diz respeito ao haxixe, não tenho dúvidas que o uso de embarcações do tipo Semirígido será o <i>modus operandi</i> mais vulgar, sem descurar o uso de embarcações ligadas à exploração de recursos piscícolas.” “Considerando a cocaína, o uso de porta-contentores será provavelmente o <i>modus operandi</i> mais vulgar.”
E4	“A nossa atividade está centrada no Atlântico o que torna a cocaína no estupefaciente mais comum nas nossas ações.” “No caso da cocaína, os <i>modis operandi</i> mais vulgares são as embarcações de recreio e embarcações de carga de pequeno porte(...) temos recolhido informações que apontam para um aumento do uso de porta-contentores.”

A segunda questão interroga os entrevistados acerca do MO mais comum para introduzir estupefaciente em TN através da via marítima, à qual o E3 respondeu que no que diz respeito à análise de um fenómeno criminal é difícil estabelecer premissas como verdadeiras, porque um dos objetivos principais dos seus atores é permanecer desconhecido para as FFSS. No entanto, no que diz respeito ao haxixe aponta o uso de embarcações do tipo Semirígido como a provavelmente mais vulgar, sem descurar o uso de embarcações ligadas à extração de recursos piscícolas. No caso da cocaína indicou o uso de porta-contentores como *modus operandi* mais usual.

Os resultados obtidos no terceiro parâmetro da análise da atividade operacional corroboram a resposta do E3.<sup>47</sup>

Fruto do ambiente profissional em que está inserido, o E4 apenas se pronunciou relativamente ao tráfico de cocaína, sobre a qual afirmou que o *modi operandi* mais vulgar será o uso de embarcações de recreio e de embarcações de carga de pequeno porte. À semelhança do E3, também referiu os porta-contentores, que segundo o E4 as informações às quais tem tido acesso apontam para um aumento do seu uso.

<sup>47</sup> Neste sentido *vide* Quadro 6.



### 5.3.2.3 Análise das Respostas à questão nº3 do Guião de Entrevista B

Quadro nº13 - Resumo das Respostas à questão nº3 do Guião de Entrevista B

En	Questão nº3- Tendo como pano de fundo a atual crise financeira mundial e algumas ocorrências em que o <i>modus operandi</i> utilizado não foi o mais vulgar. Acha que o <i>modus operandi</i> que anteriormente apontou como mais vulgar poderá ser ultrapassado pelo parasitar de atividades lícitas?
E3	“(…) é possível que alguns empresários ligados ao transporte de mercadorias por via marítima ou à extração de recursos piscícolas que não tinham qualquer ligação ao tráfico de estupefacientes sejam assediados pelas organizações criminais fruto da sua instabilidade financeira. “(…)existem outros casos em que as empresas não estão a atravessar um momento de aperto financeiro, que no entanto se aproveitam da sua fachada lícita para entrar no tráfico de estupefacientes (…)”
E4	“A parasitação de atividades lícitas sempre existiu, poderá talvez ser acentuada pela atual conjuntura económica (…)” “(…)o aumento de elementos de nacionalidade do leste europeu nas tripulações de embarcações ligadas ao fenómeno do Narcotráfico.”

A presente questão aborda a relação entre a atual conjuntura económica e o evoluir do *modus operandi* criminal no âmbito do narcotráfico por via marítima.

O E3 afirmou que acha possível que o número de casos em que são usadas fachadas lícitas para encobrir transportes de estupefacientes é uma hipótese muito provável. Neste âmbito aponta as empresas ligadas à extração de recursos piscícolas assim como as ligadas ao transporte de mercadorias por via marítima. Faz contudo a ressalva da existências de empresas de fachada cujo *core business* é o tráfico de estupefacientes por via marítima.

Nesta questão o E4 afirma que o parasitar de atividades lícitas não é de todo um fenómeno novo neste âmbito, e que porventura poderá aumentar. Aponta como reflexo da crise económica a existência de elementos de nacionalidade do leste europeu nas tripulações de embarcações ligadas ao fenómeno do tráfico de estupefacientes.

A resposta do E4 foca como reflexo da atual conjuntura a existência de indivíduos provenientes do leste europeu envolvidos em operações de abordagem à costa nacional, este ponto de vista é corroborado pelo quarto parâmetro da análise da atividade operacional, onde foi demonstrado que existe um número significativo de indivíduos do leste europeu envolvidos<sup>48</sup>.

<sup>48</sup> Sete dos 17 indivíduos identificados são provenientes do Leste Europeu (mais concretamente da Ucrânia e Roménia), neste sentido *vide* o Quadro 7.

### 5.3.2.4 Análise das Respostas à questão nº4 do Guião de Entrevista B

**Quadro nº14 - Resumo das Respostas à questão nº4 do Guião de Entrevista B**

En	Questão nº4- Considerando o narcotráfico como uma ameaça transnacional, acha que a melhor forma de combate passa pela implementação de organizações e agências de âmbito internacional?
E3	“É uma forma de complementar os dispositivos policiais de cada país, porque grande parte dessas agências são de recolha e gestão de informação ou plataformas de cooperação judicial ou policial.”
E4	“As agências de âmbito internacional são a melhor resposta para um fenómeno com a magnitude do Narcotráfico.” “O número de países envolvidos assim como o volume da sua atividade são completamente desproporcionais quando comparados com a capacidade de resposta de combate das FFSS de cada país.” O conceito atual da UE passa pelo desenvolver de iniciativas regionais, isto é grupos de trabalho entre os países mais afetados.

A questão nº 4 aborda o combate ao narcotráfico através do uso de organizações e agências de âmbito internacional.

O E3 coloca a atividade das mencionadas organizações e agências como complemento à ação das FFSS de cada país, pois segundo o mesmo, estas agências funcionam como coletores e gestores de informação ou como plataformas de cooperação judicial e/ou policial.

Por sua vez o E4 aponta as agências e organizações internacionais como a melhor forma de combate ao narcotráfico internacional. E justifica a sua posição através da comparação que estabelece entre o número de atores, as suas nacionalidades e o volume de ações ilícitas desenvolvidas com a capacidade de resposta das FFSS de cada país.

### 5.3.2.5 Análise das Respostas à questão nº5 do Guião de Entrevista B

**Quadro nº15 - Resumo das Respostas à questão nº5 do Guião de Entrevista B**

En	Questão nº5- No que diz respeito as mencionadas agências, e organizações qual acha ser o seu papel?
E3	“(…) caso em particular do narcotráfico estão regra geral envolvidos mais que um país, logo é necessário fazer contactos entre os envolvidos, sendo este o principal papel das mencionadas organizações internacionais.”
E4	“A investigação criminal está subordinada aos preceitos e sistema jurídico-legal de cada país (….)” “Sendo o papel mais comum das mencionadas agencias servir como plataforma de cooperação policial “ “(…) passa pelo desenvolver de iniciativas regionais, isto é grupos de trabalho entre os países mais afetados.”

Na presente questão foi pedido aos entrevistados que enquadrem a atividade das já referidas organizações e agências no âmbito do combate ao narcotráfico.

O E3 focou a internacionalidade da ameaça narcotráfico, onde descreve que o número de países envolvidos torna difícil a coordenação e cooperação policial. Sendo nesta lacuna que enquadra a atividade das organizações e agências, como plataforma de cooperação.

A resposta do E4 vai de encontro ao afirmado pelo E3, no que diz respeito ao papel das mencionadas organizações e agências, faz no entanto duas ressalvas importantes. A primeira diz respeito a dificuldade de as referidas agências se envolverem na investigação criminal, devido aos diferentes preceitos e sistemas jurídico-legais de cada país envolvido. A segunda é no âmbito da abrangência territorial das agências e organizações, pois segundo o E4, a forma de atingir melhores resultados ao nível do combate ao narcotráfico passa por iniciativas de cooperação entre os países mais afetados, pois de acordo com o entrevistado este fator torna mais fácil a partilha de informação.

### 5.3.2.6 Análise das Respostas à questão nº6 do Guião de Entrevista B

**Quadro nº16 - Resumo das Respostas à questão nº6 do Guião de Entrevista B**

En	Questão nº6- Considerando o Narcotráfico desde a sua produção até ao consumidor final, e de acordo com o esquema apresentado da autoria de Isabel dos Santos Ebo, onde enquadraria a atividade das agências e organizações anteriormente mencionadas?
E3	“(…) enquadraria a ação das mencionadas agências nos patamares do “Produtor”; “Traficante grossista e/ou Cartéis” e “Transportadoras por mar, terra e ar” (…)
E4	“À exceção dos patamares do “Pequeno retalhista” e “Consumidor final”, (….) atuam em todos os outros de diferentes formas.” “(…) coletores de notícias nos patamares de “Produtor”, “Traficante grossista e/ou Cartéis” e “Grandes retalhistas e Grossistas”, e como plataformas de cooperação policial no (….) patamar das “Transportadoras por mar, terra e ar”.

Na presente questão, os entrevistados foram confrontados com um esquema da autoria de Ebo (2008), que sintetizava a dinâmica do tráfico de estupefacientes num processo articulado em sete patamares<sup>49</sup>. Os mencionados patamares são: “Produtor”; “Traficante grossista e /ou Cartéis”; “Transportadoras mar, terra e ar”; “Grandes retalhistas e grossistas”; “Pequeno retalhista” e “Consumidor final”.

O E3 enquadrou nos patamares “Produtor”; “Traficante grossista e/ou Cartéis” e “Transportadoras por mar, terra e ar” a ação das mencionadas agências.

Por sua vez o E4, apresenta um ponto de vista diferente no que diz respeito ao enquadramento da atividade das mencionadas agências nos referidos patamares. Numa primeira fase afirma que à exceção dos patamares “Pequeno retalhista” e “Consumidor final”, as agências conseguem atuar em todos os outros, mas de diferentes formas. De seguida estratificou em modalidades de ação (MA) genéricas nas quais enquadrou a ação das referidas agências no âmbito dos sete patamares.

<sup>49</sup> Neste sentido *vide* Apêndice D.

As MA definidas foram a recolha de informações e plataforma de cooperação policial. Enquadrou na primeira MA os patamares de “Produtor”; “Traficante grossista e/ou Cartéis” e “Grandes retalhistas e Grossistas”. O patamar “Transportadoras por mar, terra e ar” foi enquadrado na segunda MA.

As MA referidas pelo E4 estão de acordo com o apresentado no subcapítulo 3.5 Organizações Internacionais.

### 5.3.2.7 Análise das Respostas à questão nº7 do Guião de Entrevista B

Quadro nº 17 - Resumo das Respostas à questão nº7 do Guião de Entrevista B

En	Questão nº7- Do ponto de vista de uma organização internacional com a missão de combate ao Narcotráfico/OPC com competência reservada no âmbito do tráfico de estupefacientes, qual acha ser o papel da UCC?
E3	“(…) competências de patrulhamento e fiscalização da orla costeira a UCC tem um papel extremamente importante no âmbito do combate ao Narcotráfico” “(…)a UCC representa a primeira linha do combate ao narcotráfico por via marítima assim como um organismo com uma capacidade privilegiada no que concerne à recolha de informações.”
E4	A maior parte das nossas intervenções a nível operacional tem lugar em alto mar, o que não é área de competência da UCC, no entanto quando o momento ideal da nossa intervenção ocorre mais perto da costa a UCC tem um papel importante fruto da sua disposição no TN, assim como dos seus meios. No plano interno a UCC é de extrema importância devido às suas competências e atribuições.

A última questão pede aos entrevistados que se pronunciem, com base na sua experiência profissional, acerca do papel da UCC no âmbito ao combate ao narcotráfico por via marítima.

Os dados sociodemográficos dos entrevistados foram anteriormente apresentados, no entanto é importante para perceber as respostas que estes dados sejam novamente apresentados.

Fruto da sua carreira profissional como Inspetor Chefe na UNCTE da PJ, o E3 contribui para o trabalho com a perspetiva de um elemento do OPC com competência reservada no âmbito do narcotráfico.

Assim sendo, o E3 foca três pontos que na sua opinião definem qual o papel da UCC. O primeiro ponto apresentado diz respeito à sua competência legal<sup>50</sup> no que concerne às suas atribuições de patrulhamento, vigilância e fiscalização de costa.

No segundo ponto o E3 constrói uma analogia na qual compara a UCC como a primeira linha de combate ao narcotráfico por via marítima devido à sua dispersão territorial pela faixa costeira nacional<sup>51</sup>.

<sup>50</sup> Prevista no DL 15 de 1993 de 22 de janeiro, neste sentido *vide* o subcapítulo 2.4 Regime Jurídico de Combate ao Narcotráfico.

O terceiro ponto está intimamente relacionado com o segundo, isto porque o E3 afirma que a UCC tem uma enorme potencialidade no que concerne à recolha de informações, fruto da acima referida dispersão territorial.

A resposta do E3 está de acordo com o que foi apresentado no item de subcapítulo 3.4 Sistema Nacional de Combate ao Narcotráfico por Via Marítima.

Por sua vez, o E4 contribui com o ponto de vista de um Diretor de uma organização internacional com a missão de combate ao narcotráfico pela via marítima.

De forma a sustentar a sua resposta, o E4 explicou que grande parte das abordagens a embarcações suspeitas, nas quais existe intervenção do MAOC-N, têm lugar em alto mar. Logo não envolve a UCC fruto da sua ação marítima estar limitada ao mar territorial.

No entanto existem algumas intervenções cujo momento de abordagem é mais tarde e portanto a embarcação suspeita encontra-se mais perto da costa o que permite o empenhamento de meios da UCC.

O que corrobora o que foi descrito como papel da UCC no âmbito do Sistema Internacional de Combate ao Narcotráfico por Via Marítima.

---

<sup>51</sup> Neste sentido *vide* Apêndice L.

## Capítulo 6

### Conclusões e Recomendações

#### 6.1 Introdução

A elaboração do presente RCTIA teve como objetivo responder à pergunta de partida “Qual o papel da UCC no âmbito do Narcotráfico por via marítima no sul de Portugal?”. O referido objetivo foi alcançado através da recolha de informação nas partes teórica e prática<sup>52</sup>.

O presente capítulo materializa o cumprimento dos acima descritos objetivos, visto ser neste que são apresentadas as respostas às perguntas de investigação e verificadas as hipóteses.

#### 6.2 Verificação das Hipóteses

As respostas às Hipóteses têm como fundamento os dados obtidos durante o trabalho de campo, expostos na parte dois da presente investigação. Estas são classificadas como validadas, parcialmente validadas ou refutadas de acordo com os resultados do trabalho de campo.

**H1: O estado do mar, a altura da maré e a qualidade de acessos ao local condicionam a abordagem à costa por parte de embarcações ligadas ao narcotráfico.**

Na parte teórica da presente investigação foram apresentados fatores que condicionam a prática de atividades náuticas.

As respostas obtidas à questão nº5 do Guião de Entrevista A permitem afirmar que o estado do mar condiciona a abordagem à costa, já os restantes fatores são encarados como limitadores mas não como impedimentos, assim sendo esta H é parcialmente validada.

---

<sup>52</sup> Na parte teórica através da Revisão Bibliográfica e na parte prática com o recurso à análise da atividade operacional e tratamento das entrevistas.

**H2: A posição geográfica nacional, assim como as suas características orográficas na faixa costeira potenciam o narcotráfico pela via marítima.**

Na parte 1, a faixa costeira nacional foi apresentada como uma porta de entrada na Europa para narcotráfico por via marítima.

As respostas conseguidas no âmbito da questão nº1 do Guião de Entrevista B permitem validar esta H.

**H3: A UCC representa para a PJ, uma força policial com capacidade de colmatar as lacunas de recolha de informação.**

Na entrevista nº3 foi pedido ao entrevistado para definir o que representa a UCC para o OPC com competência reservada no âmbito do narcotráfico.

A resposta obtida para a questão nº7 do Guião de Entrevista B fundamenta a validação da presente H.

**H4: No âmbito das Agências e Organizações internacionais com missão de combate ao narcotráfico, a UCC representa a primeira linha de ação policial em TN contra o fluxo de narcotráfico.**

Na entrevista nº 4 foi pedido ao entrevistado para enquadrar a UCC no plano das organizações e agências acima referidas, a resposta à questão nº7 possibilita a validação da última H.<sup>53</sup>

### **6.3 Resposta às Perguntas Derivadas**

À semelhança das hipóteses, também as respostas às PD têm como suporte a informação exposta na segunda parte do presente trabalho.

**PD1- Que variáveis condicionam ou propiciam a abordagem a costa nacional por parte de embarcações ligadas ao narcotráfico?**

Considerando a solução da H1, pode ser concluído que apenas o estado do mar condiciona a abordagem à costa, todos os outros fatores são vistos como limitadores no que concerne a prática de atividades náuticas junto à costa, e não como impedimento.

---

<sup>53</sup> Neste sentido *vide* Apêndice L.

**PD2- Qual o modus operandi de abordagem à costa com mais frequência detetado pela UCC entre janeiro de 2009 e janeiro de 2012?**

O terceiro parâmetro da análise da atividade operacional permite concluir que o MO caracterizado pelo uso de embarcações semirrígidas foi o mais verificado.

**PD3- Quais as zonas da faixa costeira nacional onde foi detetado pela UCC um maior número ocorrências de abordagens à costa por parte de embarcações ligadas ao narcotráfico entre janeiro de 2009 e janeiro de 2012?**

Os resultados obtidos no âmbito do quinto parâmetro de análise da atividade operacional possibilitam apontar quatro localizações onde foi detetado um maior número de ocorrências. Considerando a ZA do DCC de Sines foi destacada a faixa costeira ao largo do Cabo Pontal. No que concerne à ZA do DCC de Olhão foram realçadas as faixas costeiras entre Burgau e Salema, Portimão e Albufeira e a Ria Formosa.

**PD4- Qual o papel da UCC no âmbito do sistema nacional de combate ao narcotráfico por via marítima?**

Considerando a validação da H3, é verificado que a UCC representa um coletor de informações que ao abrigo do dever de comunicação informa a entidade competente para a investigação e centralização da informação, assim como a primeira linha de ação policial contra a entrada de estupefaciente em TN.

**PD5- Qual o papel da UCC no plano do sistema internacional de combate ao narcotráfico por via marítima?**

Tendo como base a validação da H4, é verificado que a UCC representa para o sistema internacional de combate ao narcotráfico por via marítima, uma força policial com capacidade de recolha e transmissão de informações, assim como a primeira linha de intervenção policial na faixa costeira e infraestruturas portuárias nacionais.

## **6.4 Reflexões Finais**

Com a elaboração deste trabalho foi constatado que a fronteira marítima nacional é atualmente uma porta de entrada para a Europa e Espaço Schengen no que concerne ao narcotráfico por via marítima, fruto da sua localização geográfica.

Outro ponto importante a referir é o facto de por Portugal representar uma porta de entrada para o mercado que é a UE, o trabalho realizado no combate ao narcotráfico a nível



nacional extravasa os limites da segurança interna nacional para o patamar da segurança comum europeia.

O argumento anteriormente apresentado permite concluir que ao nível da UE devem ser concentrados esforços no sentido de reforçar a defesa da fronteira externa comunitária, pois sendo a Europa um local de consumo e não de produção<sup>54</sup>, se for limitada a entrada de estupefaciente é combatido a nível europeu o fluxo de tráfico interno e por consequência o consumo de estupefacientes.

Foi também verificado que a melhor forma de combater uma ameaça transnacional é através de uma resposta em igual magnitude, ou seja as ações das FFSS de cada país podem surtir um maior efeito quando coordenadas e concentradas por agências e organizações de âmbito internacional.

No entanto, a atuação no plano das organizações e agências não esgota o combate ao narcotráfico, pois existe uma interdependência entre os sistemas nacionais de combate ao narcotráfico por via marítima de cada país e o plano do sistema internacional de combate ao narcotráfico por via marítima, no que diz respeito à partilha de informações e conhecimento, cooperação e atuação policial.

Os contornos do sistema nacional de combate ao narcotráfico por via marítima já foram alvo de apresentação, para o atual capítulo apenas vai ser alvo de abordagem a UCC. Apesar de esta não possuir competência legal no âmbito da investigação dos crimes relacionados com o narcotráfico, a sua dispersão territorial, meios, equipamentos e atividade operacional permitem-lhe a recolha informações que após tratamento possam levar à instauração de processos de investigação por parte do OPC com competência reservada. Para além do referido, o dispositivo da UCC representa a primeira linha de ação policial entre as iniciativas adversárias e o TN. A sua capacidade de resposta, deteção e interceção assim como de recolha de informações será exponenciada com a implementação total do SIVICC.

O espaço temporal em análise é demasiado curto para que se consiga caracterizar a ameaça que o narcotráfico por via marítima com base na análise da atividade operacional exposta na parte dois da presente investigação. No entanto, pode ser realçado que o estupefaciente apreendido em maior quantidade pela UCC no intervalo temporal em estudo foi o haxixe, que o MO adversário detetado com maior frequência se caracteriza

---

<sup>54</sup> Existe produção de estupefacientes na Europa, no entanto quando comparada com os volumes produzidos em outros locais, a produção europeia passa para segundo plano. Neste sentido *vide* o item de subcapítulo 2.3.2 Produção.

pelo uso de embarcações semirrígidas e que as áreas onde foram detetadas mais situações de abordagem a costa no âmbito do narcotráfico foram a faixas costeiras ao largo do Cabo Pontal, entre Burgau e Salema, Albufeira e Portimão e a Ria Formosa.

### **6.5 Recomendações e Limitações**

Fruto das vicissitudes inerentes à elaboração de um trabalho académico exponenciadas pelo quotidiano de um Oficial Tirocinante, foi imperativa a aplicação de balizas temporais no que diz respeito ao número de autos analisados. Este fato impede o estabelecimento sólido de uma caracterização da ameaça narcotráfico a nível nacional.

### **6.6 Investigações Futuras e Fecho**

A realização deste tipo de investigação possibilita ao seu autor aprofundar o seu conhecimento relativamente ao objeto de estudo. Esse facto permite concluir que fenómeno criminal narcotráfico é demasiado vasto para que se ambicione verter todas as suas vicissitudes em apenas um RCFTIA. Desta forma foi delimitado um objeto de estudo mais concreto com vista a tornar a sua análise mais incisiva. A escolha de um objeto de estudo implica relegar para um segundo plano questões, que segundo o entendimento do autor poderiam motivar a elaboração de trabalhos de investigação.

A análise de conteúdo da questão nº1 do Guião de Entrevista A, expõe o MO dos entrevistados para detetar as situações de abordagem à costa. Visto o território espanhol conter algumas das características que tornam o TN uma porta de entrada na Europa, seria importante a comparação entre o MO da UCC com a sua congénere espanhola, com vista a contribuir com possíveis alterações para o MO da UCC ou reforçar o atual.

A articulação entre as autoridades nacionais e sistema EUROSUR também representa uma possível investigação com notória importância neste âmbito.

A presente investigação pretende contribuir para a consciencialização que o TN é atualmente sujeito a investidas criminais, investidas essas que colocam em risco a segurança interna nacional e comum europeia. Foi também objetivo contribuir para o desenvolvimento da unidade especializada da GNR em estudo, a UCC.

---

## Capítulo 7

### Bibliografia

#### 7.1 Metodologia

- Academia Militar. (2011). Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) e outros Trabalhos de Investigação. NEP n.º 520 de 30 de junho de 2011.
- American Psychological Association. (2010). *Publication Manual of the American Psychological Association* (6<sup>th</sup> ed). Washington DC: American Psychological Association.
- Freixo, M. (2011). Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas. (3.<sup>a</sup> Ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Quivy, R. e Campenhout, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5<sup>a</sup>ed). Lisboa: Gradiva.
- Sarmento, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Científica* (2<sup>a</sup> ed). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

#### 7.2 Livros, Publicações e Dissertações

- Branco, C. (2010). Guarda Nacional Republicana - Contradições e Ambiguidades. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Couto, A. (1988). *Elementos de Estratégia* (Vol. I). Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Cruz, C. (2012) *Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo e a vigilância de zona costeira*. Lisboa. Editora: Academia Militar.
- Ebo, I, (2008). *A Geopolítica da Droga*. Lisboa. Editora: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Leal, J., Fundo, J., & Velez, D. (2007). *Tráfico Internacional de Droga em Portugal. A Via Marítima*: Lisboa.

- MAOC-N. (2012). *MAOC-N Handbook*. Lisboa. Editora MAOC-N.
- Rosa. Cruz. (2006/2007). *O Papel da GNR no Combate às Novas Ameaças Transnacionais*. Lisboa. Editora: Instituto de Estudos Superiores Militares.

### 7.3 Documentos On-line

- Berglund. (2010). *European Border Surveillance*. Retirado: julho, 20, 2013 de [http://www.defensa.gob.es/Galerias/politica/seguridad-defensa/UE2010/UE2010\\_European\\_\\_border\\_\\_surveillance\\_ErikBerglund.pdf](http://www.defensa.gob.es/Galerias/politica/seguridad-defensa/UE2010/UE2010_European__border__surveillance_ErikBerglund.pdf).
- Comissão Europeia. (2011). Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria o Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (EUROSUR). Retirado: julho, 20, 2013, de [http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009-2014/documents/com/com\\_com%282011%290873\\_/com\\_com%282011%290873\\_pt.pdf](http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009-2014/documents/com/com_com%282011%290873_/com_com%282011%290873_pt.pdf)
- Europol (2013). *About us*. Retirado: junho, 26, 2013, de <https://www.europol.europa.eu/content/page/about-us>.
- IH (2013). *Glossário Científico*. Retirado: junho, 3, 2013, de <Http://www.hidrografico.pt/glossario-cientifico-mares.php>.
- Interpol. (2013). *Overview*. Retirado: junho, 26, 2013, de <http://www.interpol.int/About-INTERPOL/Overview>.
- EMCDDA. (2012). *Annual report on the state of the drugs problem in Europe*. Retirado: maio, 26, 2013, de <http://www.emcdda.europa.eu/publications/annual-report/2012>.
- EMCDDA. (2013). *EMCDDA, your reference point on drugs in Europe*. Retirado: maio, 26, 2013, de <http://www.emcdda.europa.eu/about>.
- Hayes, B. Vermeulen, M. (2012) *Assessing the Costs and Fundamental Rights Implications of EUROSUR and the “Smart Borders” Proposals*. Retirado: julho, 20, 2013, de [http://www.boell.de/downloads/DRV\\_120523\\_BORDERLINE\\_-\\_Border\\_Surveillance.pdf](http://www.boell.de/downloads/DRV_120523_BORDERLINE_-_Border_Surveillance.pdf).
- Silva, F. Silva, A. (2012). *Mostrando às pequenas comunidades “Como está o seu Mar”*. Retirado: junho, 2, 2013, de [http://websig.hidrografico.pt/www/content/Documentacao/Jornadas\\_2012/Actas2asJornadas\\_2012red.pdf](http://websig.hidrografico.pt/www/content/Documentacao/Jornadas_2012/Actas2asJornadas_2012red.pdf).
- Sistema de Segurança Interna (2009). *Relatório Anual Segurança Interna 2009*. Retirado: janeiro, 15, 2012, de: [http://www.portugal.gov.pt/media/564305/rasi\\_2009.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/564305/rasi_2009.pdf).

- Sistema de Segurança Interna (2010). Relatório Anual Segurança Interna 2010. Retirado: janeiro, 15, 2012, de: [http://www.parlamento.pt/documents/XIILEG/RASI\\_%202010.pdf](http://www.parlamento.pt/documents/XIILEG/RASI_%202010.pdf).
- Sistema de Segurança Interna (2011). *Relatório Anual Segurança Interna 2011*. Retirado: maio, 4, 2012, de: [http://www.portugal.gov.pt/media/555724/2012-03-30\\_relato\\_rio\\_anual\\_seguran\\_a\\_interna.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/555724/2012-03-30_relato_rio_anual_seguran_a_interna.pdf)
- Wiler, L. Cook, N. (2010). *Illegal Drug Trade in Africa: Trends and U.S. Policy*. Retirado: Maio, 21, 2013, de <http://www.fas.org/sgp/crs/row/R40838.pdf>.
- UNODC (2011). *World Drug Report 2011*. Retirado: maio, 26, 2013, de [http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/WDR2011/World\\_Drug\\_Report\\_2011\\_ebook.pdf](http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/WDR2011/World_Drug_Report_2011_ebook.pdf).
- UNODC. (2013). *About UNODC*. Retirado: maio, 27, 2013, de <http://www.unodc.org/unodc/en/about-unodc/index.html?ref=menutop>.
- World Maps and Satellite Photos. (s.d.). *Europe Outline Map*. Retirado: julho, 28, 2013, de <http://www.zonu.com/fullsize-en/2009-12-22-11447/Europe-outline-map.html>.

#### 7.4 Legislação

- Assembleia da República. (2000). Lei n.º 30 de 2000, de 29 de novembro. *Diário da República*, I Série - A, n.º 276, pp. 6829-6832.
- Assembleia da República. (2005). Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto, Sétima Revisão Constitucional. *Diário da República*, I Série- A, n.º 155, 4642-4686.
- Assembleia da Republica. (2006) Lei 17 de 2006, de 23 de maio. *Diário da Republica*, I Serie – A, n.º 99, pp. 3462-3463.
- Assembleia da República. (2007). Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro. *Diário da República*, I - A Série, n.º 213. 8043-8051. (Lei que Aprova a Orgânica da Guarda Nacional Republicana).
- Assembleia da República. (2008). Lei n.º 53/2008 de 29 de agosto. *Diário da República*, I Série -A, n.º 167. 6135-6141. (Lei de Segurança Interna).
- Assembleia da República. (2008). Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto (Lei de Organização da Investigação Criminal). *Diário da República*, I Série - A, n.º 165, pp. 6038-6042.
- Assembleia da República. (2008). Lei n.º 37/2008 de 6 de agosto, (Lei Orgânica da Polícia Judiciária). *Diário da República*, I Série - A, n.º 151, pp. 5281-5289.

- Assembleia da República. (2009). Lei n.º 31-A de 2009, de 7 de junho. *Diário da República*, I Série - A, n.º 129, pp. 4344-(9)-4344(18).
- Assembleia da República. (2009). Lei n.º 38 de 2009, de 20 de junho. *Diário da República*, I Série - A, n.º 138, pp. 4533-4538.
- Assembleia da República (2013). Lei 19/2013, de 21 de fevereiro. *Diário da República*, I Série - A, n.º 37. 1096 – 1098. (Procede a 29.ª alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro)
- Assembleia da República. (2013). Lei 20/2013, de 21 de fevereiro. *Diário da República*, I Série - A, n.º 37. 1098 - 1106 (Procede a 20.ª alteração ao Código Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro).
- Conselho Europeu. (2004). Regulamento (CE) n.º 2007/2004 de 26 de outubro. *Jornal Oficial da União Europeia*, L 349, 1.
- Conselho de Ministros. (2013). Resolução do Conselho de Ministros n.º 19 de 2013, de 5 de abril de 2013. *Diário da República*, I Série, n.º 67, pp.1981-1995.
- Guarda Nacional Republicana – Comando Geral. (2008). Despacho n.º 74/08 – OG de 22 de dezembro. Define as competências, a estrutura e efetivo da Unidade de Controlo costeiro.
- Guarda Nacional Republicana – Comando Geral. (2009). Despacho n.º 56/09 – OG de 30 de dezembro. Revoga o Despacho n.º 74/08 – OG. *Define as competências, a estrutura e efetivo da Unidade de Controlo Costeiro*
- Ministério da Administração Interna. (1995). Decreto-Lei n.º 81 de 1995 de 22 de Abril. *Diário da República*, I Série, n.º 95, pp. 2314-2316.
- Ministério da Administração Interna. (2008). Portaria n.º 1450/2008, de 16 de dezembro. *Diário da República*, I Série, n.º 242. 8845-8854. (Organização Interna das Unidades Territoriais, Especializadas, de Representação e de Intervenção e Reserva).
- Ministério da Defesa Nacional. (2002). Decreto-Lei n.º 43/2002 de 2 de Março. *Diário da República*, I Série, n.º 52, pp. 1750-1752
- Ministério da Justiça. (1993). Decreto-Lei n.º 15/93 de 22 de Janeiro. *Diário da República*, I Série, n.º 18, pp. 234-252.
- Ministérios da Justiça e da Saúde. (1996). Portaria n.º 14 de 1996, de 26 de março. *Diário da República*, I Série – B, n.º73, pp.611-613.

---

## **Apêndices**

## Apêndice A - Orgânica de um Destacamento de Controlo Costeiro

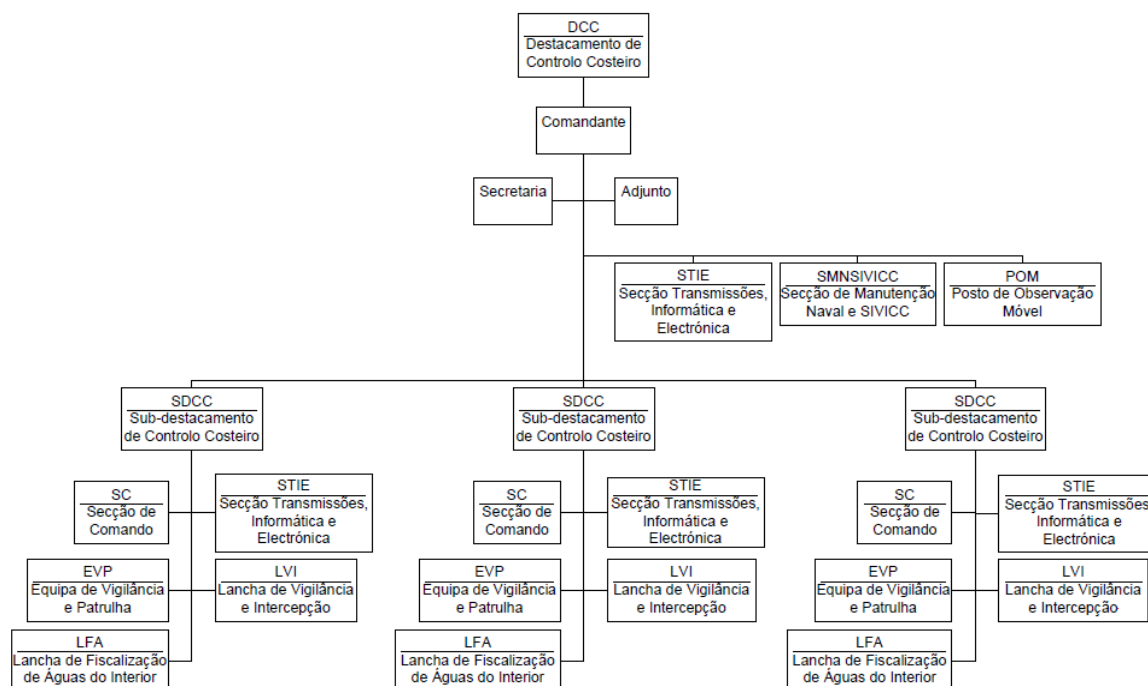


Figura nº4 - Orgânica de um Destacamento de Controlo Costeiro

Fonte: Portaria nº 1450 de 2008 de 16 de Dezembro



## **Apêndice B - Carta de Apresentação**



### **ACADEMIA MILITAR**

#### **Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

##### **“O Papel da Unidade de Controlo Costeiro no Combate ao Narcotráfico”**

No âmbito do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada subordinado ao tema “O Papel da Unidade de Controlo Costeiro no combate ao Narcotráfico”, foram elencados objetivos de forma a delimitar o objeto de estudo e definir os métodos de recolha de informação.

Os principais objetivos deste trabalho de investigação aplicada são: explicar o papel da UCC no combate ao narcotráfico por via marítima através da análise dos resultados da sua atuação operacional e enquadrar a UCC no âmbito dos sistemas nacional e internacional de combate ao narcotráfico por via marítima.

Desta forma solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que me seja concedida esta entrevista como forma de valorização do trabalho que estamos a desenvolver. Caso conceda esta entrevista, e por forma a garantir os interesses de V. Ex.<sup>a</sup>, colocaremos à sua disposição os dados resultantes da análise e da própria entrevista antes da exposição pública do trabalho.

Agradecendo a sua atenção.

Atenciosamente,

Aspirante de Inf da GNR João Manuel Esteves dos Santos

## Apêndice C - Guião de Entrevista A

**Questão n.º1:** Analisando as ocorrências na sua Zona de Ação (ZA) entre janeiro de 2009 e janeiro de 2012, qual o *modus operandi* utilizado para detetar os desembarques, interceções, indícios, transporte e achamento?

**Questão n.º2:** Tendo em conta as várias situações apresentadas no que diz respeito ao *modus operandi*, qual o efetivo empenhado em cada uma delas?

**Questão n.º3:** Tendo em conta as várias situações apresentadas no que diz respeito ao *modus operandi*, quais os meios auto, moto e navais empenhados?

**Questão n.º4** Considerando as ocorrências na sua ZA, na sua opinião acha que existem variáveis que condicionam/propiciam a ocorrência de operações de desembarque?

**Questão n.º 5:** Tendo em conta as variáveis referidas anteriormente, e ocorrências ligadas ao narcotráfico, qual ou quais as áreas mais propícias à existência de desembarques na sua ZA?

## Apêndice D - Guião de Entrevista B

**Questão n.º 1:** Tendo em conta a situação geográfica nacional e o fluxo internacional de Narcotráfico, acha que Portugal é visto como um mercado ou uma porta de entrada na Europa?

**Questão n.º 2:** No que diz respeito ao transporte de estupefacientes para solo português, qual acha ser o *modi operandi* mais comum? (, uso de embarcações de recreio, embarcações ligadas a exploração de recursos piscícolas, porta-contentores)?

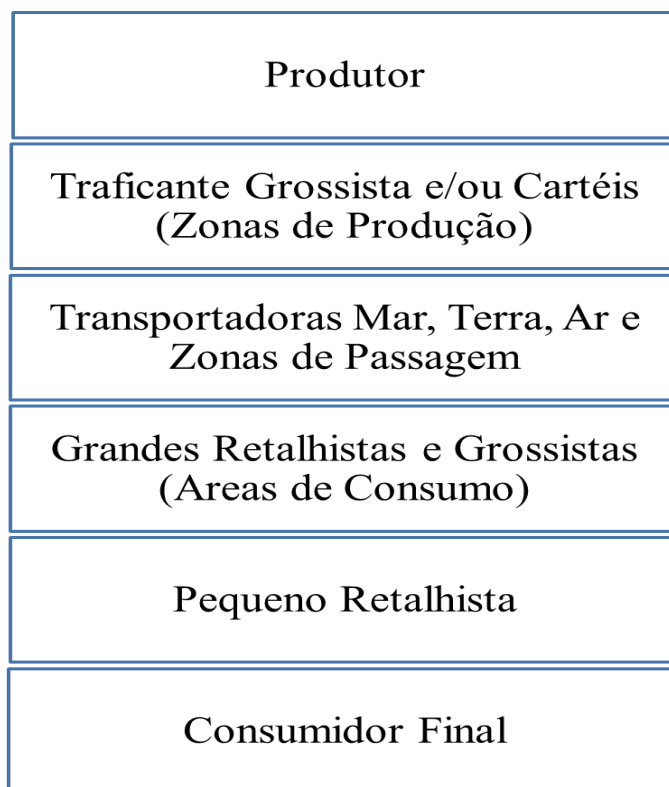
**Questão n.º 3:** Tendo como pano de fundo a atual crise financeira mundial e algumas ocorrências em que o *modus operandi* utilizado não foi o mais vulgar. Acha que o *modus operandi* que anteriormente apontou como mais vulgar poderá ser ultrapassado pelo parasitar de atividades lícitas (uso de embarcações de recreio, embarcações ligadas a exploração de recursos piscícolas, porta-contentores)?

**Questão n.º 4:** Considerando o narcotráfico como uma ameaça transnacional, acha que a melhor forma de combate passa pela implementação de organizações e agências de âmbito internacional?

**Questão n.º 5:** No que diz respeito as mencionadas agências, e organizações qual acha ser o seu papel: reforçar a investigação criminal, o patrulhamento e vigilância da costa, facilitar a cooperação entre forças de segurança ou intervir nos locais de produção?

**Questão n.º 6:** Considerando o Narcotráfico desde a sua produção até ao consumidor final, e de acordo com o esquema apresentado da autoria de Isabel dos Santos Ebo, onde enquadraria a atividade das agências e organizações anteriormente mencionadas?

**Questão nº 7:** Do ponto de vista de uma organização internacional com a missão de combate ao Narcotráfico /Órgão de Polícia Criminal com competência reservada no âmbito do tráfico de estupefacientes, qual acha ser o papel da UCC?



Fonte: Figura original retirada de Ebo (p.140) alterado pelo Autor.

## Apêndice G - Entrevista nº3

<b>Nome</b>	<b>José Leal</b>
<b>Idade</b>	<b>45</b>
<b>Cargo</b>	<b>Inspetor Chefe</b>
<b>Local Trabalho/Unidade</b>	<b>UNCTE</b>

**Questão n.º 1:** Tendo em conta a situação geográfica nacional e o fluxo internacional de Narcotráfico, acha que Portugal é visto como um mercado ou uma porta de entrada na Europa?

Portugal é um local de venda a retalho dos mais comuns tipos de droga, no que diz respeito ao tráfico internacional com especial enfase na via marítima Portugal representa um dos pontos de entrada na Europa, à semelhança de Espanha.

Atendendo ao posicionamento geoestratégico nacional entre a Europa e os dois pontos de produção de haxixe e cocaína, Africa e a América Latina, constitui-se como um ponto de quase obrigatória passagem. Especialmente se considerarmos a nossa ZEE.

Outro ponto importante a referir é o facto de Portugal representar uma porta de entrada para o mercado que é a UE, o que nos permite concluir que o trabalho realizado no combate ao narcotráfico a nível nacional extravasa os limites da segurança interna nacional para o patamar da segurança comum europeia.

**Questão n.º 2:** No que diz respeito ao transporte de estupefacientes para solo português, qual acha ser o modus operandi mais comum? (uso de embarcações de recreio, embarcações ligadas a exploração de recursos piscícolas, porta-contentores, embarcações do tipo Semirígido)?

Tendo em conta que estamos a abordar um fenómeno criminal é complicado estabelecer premissas acerca das suas características, porque um dos seus objetivos principais é permanecer desconhecido as FFSS.

Assim sendo não é possível afirmar com 100% de certeza que o *modus operandi* mais comum é o uso de embarcações ligadas à exploração de recursos piscícolas ou porta-contentores ou qualquer outro. No entanto no que diz respeito ao haxixe, não tenho dúvidas que o uso de embarcações do tipo Semirígido será o *modus operandi* mais vulgar, sem descurar o uso de embarcações ligadas à exploração de recursos piscícolas.

Considerando a cocaína, o uso de porta-contentores será provavelmente o *modus operandi* mais vulgar.

**Questão n.º 3:** Tendo como pano de fundo a atual crise financeira mundial e algumas ocorrências em que o *modus operandi* utilizado não foi o mais vulgar. Acha que o *modus operandi* que anteriormente apontou como mais vulgar poderá ser ultrapassado pelo parasitar de atividades lícitas (uso de embarcações de recreio, embarcações ligadas a exploração de recursos piscícolas, porta-contentores)?

Tendo em conta a conjuntura atual, é possível que alguns empresários ligados ao transporte de mercadorias por via marítima ou à extração de recursos piscícolas que não tinham qualquer ligação ao tráfico de estupefacientes sejam assediados pelas organizações criminais fruto da sua instabilidade financeira.

Contudo existem outros casos em que as empresas não estão a atravessar um momento de aperto financeiro, no entanto aproveitam-se da sua fachada lícita para entrar no tráfico de estupefacientes, com o objetivo único de aumentar os seus dividendos.

**Questão n.º 4:** Considerando o narcotráfico como uma ameaça transnacional, acha que a melhor forma de combate passa pela implementação de organizações e agências de âmbito internacional?

É uma forma de complementar os dispositivos Policiais de cada país, porque grande parte dessas agências são de recolha e gestão de informação ou plataformas de cooperação judicial ou Policial.

**Questão n.º 5:** No que diz respeito as mencionadas agências, e organizações qual acha ser o seu papel: reforçar a investigação criminal, o patrulhamento e vigilância da costa, facilitar a cooperação entre forças de segurança ou intervir nos locais de produção?

No caso em particular do narcotráfico estão regra geral envolvidos mais que um país, logo é necessário fazer contactos entre os envolvidos, sendo este o principal papel das mencionadas organizações internacionais.

No entanto as equipas mistas internacionais entre países, organizações regionais

**Questão nº 6:** Considerando o Narcotráfico desde a sua produção até ao consumidor final, e de acordo com o esquema apresentado da autoria de Isabel dos Santos Ebo, onde enquadraria a atividade das agências e organizações anteriormente mencionadas?

Considerando o esquema apresentado, enquadraria a ação das mencionadas agências nos patamares do “Produtor”; “Traficante grossista e/ou Carteis” e “Transportadoras por mar, terra e ar”.

**Questão nº 7:** Do ponto de vista de um Órgão de Polícia Criminal com competência reservada no âmbito do tráfico de estupefacientes, qual acha ser o papel da UCC?

Fruto das suas competências de patrulhamento e fiscalização da orla costeira a UCC tem um papel extremamente importante no âmbito do combate ao Narcotráfico, considerando o ponto de vista de um órgão com competência reservada neste âmbito.

Na minha opinião e usando uma analogia, a UCC representa a primeira linha do combate ao narcotráfico por via marítima assim como um organismo com uma capacidade privilegiada no que concerne à recolha de informações.

## Apêndice H - Entrevista nº4

<b>Nome</b>	<b>José Leite</b>
<b>Idade</b>	<b>58</b>
<b>Cargo</b>	<b>Coordenador Superior do MAOC-N</b>
<b>Local Trabalho/Unidade</b>	<b>MAOC-N</b>

**Questão n.º 1:** Tendo em conta a situação geográfica nacional e o fluxo internacional de Narcotráfico, acha que Portugal é visto como um mercado ou uma porta de entrada na Europa?

A península ibérica é indiscutivelmente apontada como uma porta de entrada Europa, que no entanto tem vindo a diminuir de importância fruto do diversificar de *modus operandi*.

**Questão n.º 2:** No que diz respeito ao transporte de estupefacientes para solo português, qual acha ser o *modus operandi* mais comum? (uso de embarcações de recreio, embarcações ligadas a exploração de recursos piscícolas, porta-contentores)?

A nossa atividade está centrada no Atlântico o que torna a cocaína no estupefaciente mais comum nas nossas ações.

No caso da cocaína, o *Modus Operandi* mais vulgar são as embarcações de recreio e embarcações de carga que pequeno porte. No entanto temos recolhido informações que apontam para um aumento do uso de porta-contentores.



**Questão n.º 3:** Tendo como pano de fundo a atual crise financeira mundial e algumas ocorrências em que o *modus operandi* utilizado não foi o mais vulgar. Acha que o *modus operandi* que anteriormente apontou como mais vulgar poderá ser ultrapassado pelo parasitar de atividades lícitas (uso de embarcações de recreio, embarcações ligadas a exploração de recursos piscícolas, porta-contentores)?

A parasitação de atividades lícitas sempre existiu, poderá talvez ser acentuada pela atual conjuntura económica, no entanto não é de todo um fenómeno novo neste âmbito.

É reflexo da crise, o aumento de elementos de nacionalidade do leste europeu nas tripulações de embarcações ligadas ao fenómeno do Narcotráfico.

**Questão n.º 4:** Considerando o narcotráfico como uma ameaça transnacional, acha que a melhor forma de combate passa pela implementação de organizações e agências de âmbito internacional?

As agências de âmbito internacional são a melhor resposta para um fenómeno com a magnitude do Narcotráfico.

O número de países envolvidos assim como o volume da sua atividade são completamente desproporcionais quando comparados com a capacidade de resposta de combate das FFSS de cada país.

O conceito atual da UE passa pelo desenvolver de iniciativas regionais, isto é grupos de trabalho entre os países mais afetados.

**Questão n.º 5:** No que diz respeito as mencionadas agências, e organizações qual acha ser o seu papel: reforçar a investigação criminal, o patrulhamento e vigilância da costa, facilitar a cooperação entre forças de segurança ou intervir nos locais de produção?

A ideia inicial do Frontex era criar uma Polícia de fronteira comum, o que de facto não foi materializado,

A investigação criminal está subordinada aos preceitos e sistema jurídico-legal de cada país o que inviabiliza a criação de um órgão central que tutele a investigação criminal.

Sendo o papel mais comum das mencionadas agências servir como plataforma de cooperação Policial e intervir nos locais de produção.

**Questão nº 6:** Considerando o Narcotráfico desde a sua produção até ao consumidor final, e de acordo com o esquema apresentado da autoria de Isabel dos Santos Ebo, onde enquadraria a atividade das agências e organizações anteriormente mencionadas?

À exceção dos patamares do “Pequeno retalhista” e “Consumidor final”, as mencionadas agências, atuam em todos os outros de diferentes formas.

Sendo que funcionam como coletores de notícias nos patamares de “Produtor”, “Traficante grossista e/ou Carteis” e “Grandes retalhistas e Grossistas”, e como plataformas de cooperação Policial no âmbito do patamar das “Transportadoras por mar, terra e ar”.

**Questão nº 7:** Do ponto de vista de uma organização internacional com a missão de combate ao Narcotráfico com competência reservada no âmbito do tráfico de estupefacientes, qual acha ser o papel da UCC?

A maior parte das nossas intervenções a nível operacional tem lugar em alto mar, o que não é área de competência da UCC, no entanto quando o momento ideal da nossa intervenção ocorre mais perto da costa a UCC tem um papel importante fruto da sua disposição no TN, assim como dos seus meios.

No plano interno a UCC é de extrema importância devido as suas competências e atribuições

## Apêndice L- Relação entre a ZA da UCC e o Fluxo de Narcotráfico entre o Norte de Africa e o Sul da Europa

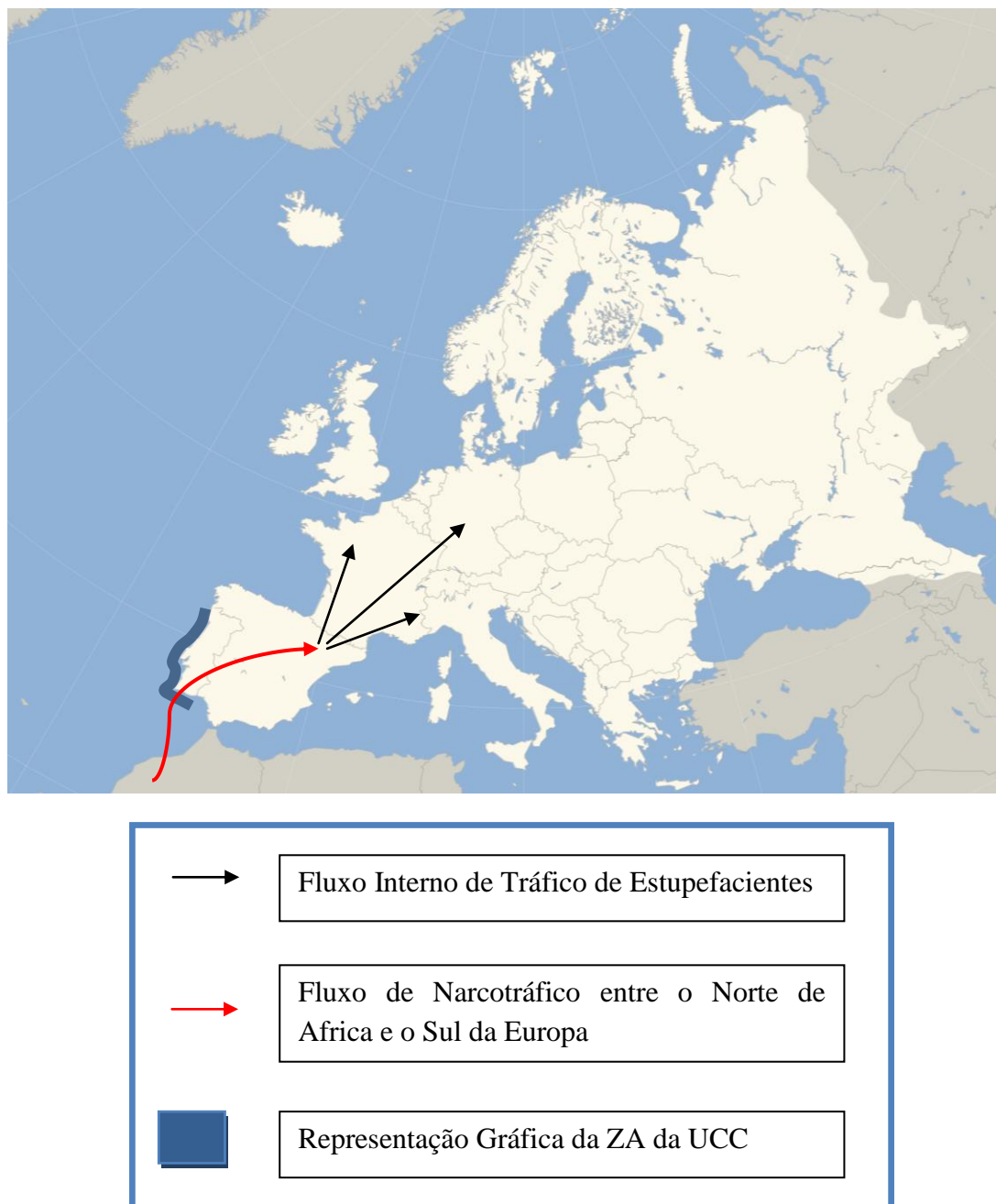


Figura 5 - Relação entre a ZA da UCC e o Fluxo de Narcotráfico entre o Norte de Africa e o Sul da Europa

Fonte: Figura original retirada de World Maps and Satellite Photos (s.d.), alterada pelo Autor.

## **Anexos**

## Anexo A - Orgânica da Unidade de Controlo Costeiro

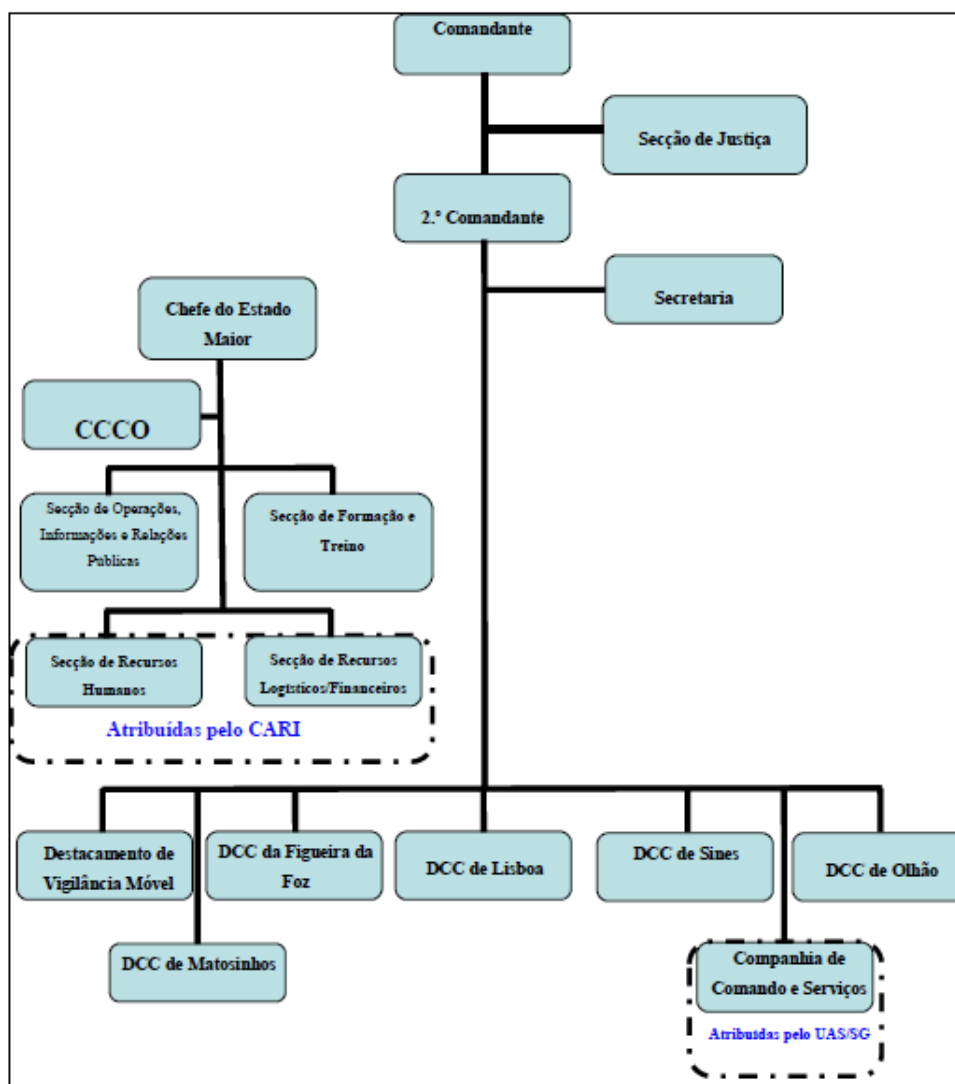


Figura nº6 - Orgânica da Unidade de Controlo Costeiro

Fonte: Anexo A do Despacho nº56 de 2009 – OG do Comando Geral da Guarda Nacional Republicana

## Anexo B - Organização do Programa EUROSUR

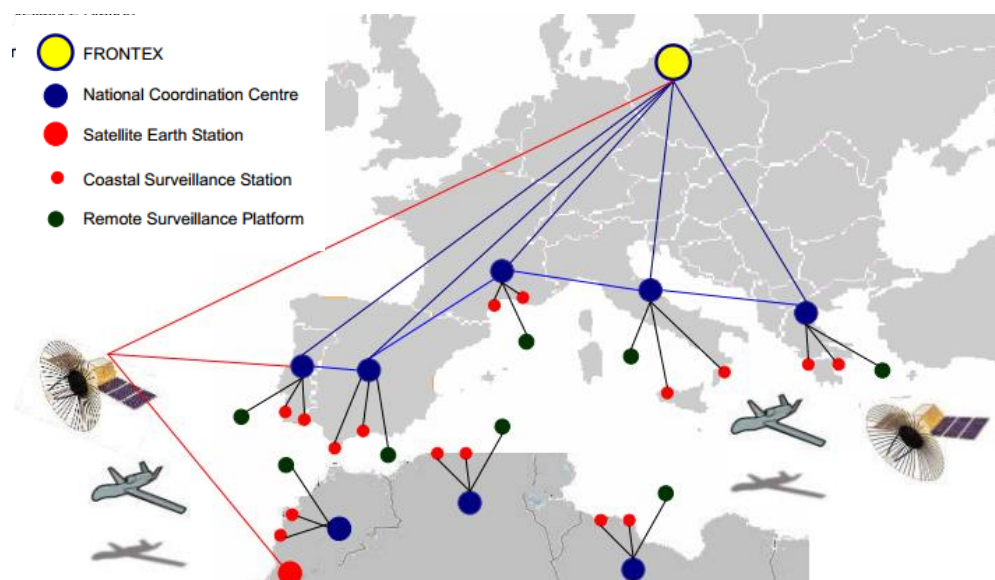


Figura nº7 - Organização do Programa EUROSUR

Fonte: Figura retirada de Hayes e Vermeulen (2012, p.13)

## Anexo C – Esquema do Fluxo Criminal Transfronteiriço

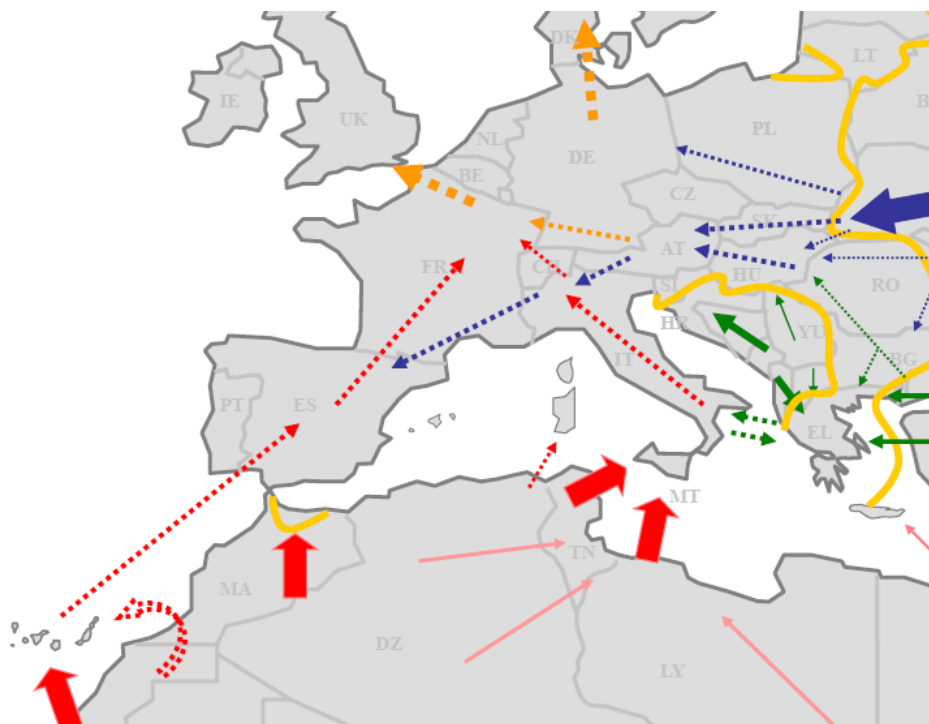


Figura nº8 - Esquema do Fluxo Criminal Transfronteiriço

Fonte: Figura retirada de Berglund (2010).